



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COORDENADORIA ESPECIAL DE MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA**

LETÍCIA NOVELLETO

**RELATO ESTRUTURADO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO MUSEU A CÉU
ABERTO**

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

2024

LETÍCIA NOVELLETO

**RELATO ESTRUTURADO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO MUSEU A CÉU
ABERTO**

BALNEÁRIO CAMBORIÚ – SC

Trabalho de Conclusão de Curso em
Graduação em Museologia do Centro de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Santa Catarina
como requisito para a obtenção do título
de Bacharel em Museologia.

Orientadora: Prof^a Luciana Silveira
Cardoso.

BALNEÁRIO CAMBORIÚ

2024

Letícia Novelletto

**RELATO ESTRUTURADO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO MUSEU A CÉU
ABERTO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Museologia e aprovado em sua forma final pelo Curso de Museologia.

Florianópolis, 3 de julho de 2024

Prof.^a Karine Lima da Costa
Coordenadora do Curso

Banca examinadora

Prof.^a Ms. Luciana Silveira Cardoso
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Ms. Kimberly Terrany Alves Pires
Historiadora e Museóloga

Ms. Renilton Roberto da Silva Matos de Assis
Coordenador do Sistema Estadual de Museus – SEM/SC

“Saudades e sonhos nunca envelhecem”

- Valdemar Assis

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a Adriana Novelletto, que, em meio às adversidades de ser uma mãe solteira neste Brasil, sempre me incentivou a sonhar. A Renilton Roberto da Silva Matos de Assis, por sua passagem (mesmo que breve) por minha jornada acadêmica, trazendo conhecimentos que frutificaram em algo maior. Minha professora e orientadora Luciana Silveira Cardoso, que me fez acreditar na profissional que sou e me mostrou que a museologia é uma ciência para todos, que certas ideias não são ruins por serem diferentes. À Fundação Cultural de Balneário Camboriú, que, mesmo em meio às adversidades do fim, acreditou no início de um sonho chamado Museu a Céu Aberto.

Por fim, a todos aqueles que fizeram parte da minha jornada, mas em especial aos amigos que me abraçaram nos momentos difíceis e deram sentido a vontade de continuar.

O mundo é nosso...

RESUMO

O estudo elaborado obteve como intuito estabelecer um relato estruturado sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto – MCA, localizado na cidade de Balneário Camboriú - SC. Para tanto, apresentou como objetivo geral estabelecer um relato estruturado das ações realizadas que permeiam a criação da instituição. E como objetivos específicos: acompanhar seu processo de regulamentação e enquadramento diante das legislações e normas aplicadas a museus; desenvolver um diagnóstico global sobre o desenvolvimento da instituição. Utilizou como metodologia um estudo de caso sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto - MAC, coletando dados de forma qualitativa por meio de contato direto com a instituição bem como pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão. Diante do estudo aponta-se que o Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú foi criado com o objetivo de valorização da arte urbana, fomento cultural e turístico, a fim de despertar o sentimento de pertencimento e coesão social entre os moradores locais através da arte pública. Observou-se no questionário aplicado que a instituição ainda não possui um Museólogo em seu quadro funcional, assim como, também não possui plano museológico. Conclui-se que a contratação de um profissional museólogo, assim como a elaboração do plano museológico, são essenciais para que uma política de aquisição e descarte de acervo seja implantada e seguida, norteando o crescimento de suas coleções.

Palavras-chave: Museu a Céu Aberto – MCA. Balneário Camboriú - SC. Relato estruturado. Arte urbana.

ABSTRACT

The purpose of the study was to establish a structured report on the process of creation and implementation of the Open Sky Museum – MCA, located in the city of Balneário Camboriú - SC. To this end, the general objective was to establish a structured report of the actions carried out that permeate the creation of the institution. And as specific objectives: monitor its regulation process and framework in relation to legislation and standards applied to museums; develop a global diagnosis of the institution's development. The methodology used was a case study on the process of creation and implementation of the Museu a Céu Aberto - MAC, collecting qualitative data through direct contact with the institution as well as bibliographical research on the topic in question. In view of the study, it is pointed out that the Balneário Camboriú Open Air Museum was created with the aim of valuing urban art, promoting cultural and tourism, in order to awaken a feeling of belonging and social cohesion among local residents through public art. . It was observed in the questionnaire applied that the institution does not yet have a Museologist on its staff, nor does it have a museum plan. It is concluded that the hiring of a professional museologist, as well as the elaboration of the museological plan, are essential for a collection acquisition and disposal policy to be implemented and followed, guiding the growth of its collections.

Keywords: Open Air Museum – MCA. Balneário Camboriú – SC. Structured report. Urban art.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Projeto Cores através da história..... | 34 |
| Figura 2: Projeto Cores através da história..... | 35 |
| Figura 3: Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte..... | 36 |
| Figura 4: Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte..... | 36 |
| Figura 5: Projeto Grafite nas escolas..... | 37 |

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|--------|--|
| CNM | Cadastro Nacional de Museus |
| CIC | Centro Integrado de Cultura |
| CNRC | Centro Nacional de Referência Cultural |
| ICOM | Conselho Internacional de Museus |
| DEMU | Departamento de Museus e Centros Culturais |
| FCC | Fundação Catarinense de Cultura |
| FCBC | Fundação Cultural de Balneário Camboriú |
| IBRAM | Instituto Brasileiro de Museus |
| IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| LIC | Lei Municipal de Incentivo e Fomento à Cultura |
| MEC | Ministério da Educação e Cultura |
| MInC | Ministério da Cultura |
| MAR | Museu de Arte de Rua |
| MIAU | Museu Inacabado de Arte Urbana |
| PCH | Programa Cidades Históricas |
| PNM | Política Nacional de Museus |
| SEM/SC | Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO 1 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO MUSEAL NO BRASIL | 13 |
| CAPÍTULO 2 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ - HISTÓRIA E CULTURA | 22 |
| CAPÍTULO 3 - MUSEU A CÉU ABERTO - MCA | 29 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 45 |
| REFERÊNCIAS..... | 47 |
| ANEXOS | 51 |

INTRODUÇÃO

O estudo elaborado a seguir possui como intuito debater e abordar o desenvolvimento teórico e metodológico do Museu a Céu Aberto (MCA) de Balneário Camboriú. O Museu a Céu Aberto é uma instituição que aborda diversas questões sociais que compõem a estrutura da cidade, como, cartografia social, valorização da arte urbana, uso dos espaços públicos e democratização do acesso à cultura.

A instituição tem como Missão “Promover a qualificação e ocupação dos espaços públicos de forma dinâmica, reforçando as relações sociais entre os indivíduos e a cidade” (MUSEU A CÉU ABERTO, 2022, p. 4) caminhando em linhas diretas com o movimento por uma Nova Museologia, sendo escolhida como tema para o desenvolvimento do presente Trabalho de Conclusão de Curso devido a necessidade de explanação dentro do campo museológico sobre seu processo de criação e implementação.

Através de um relato estruturado a referida estudante, que realiza estágio da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, e é autora do projeto que deu base para criação da instituição, pretende documentar e avaliar o desenvolvimento da mesma. Partindo dos fatores que contribuíram para a determinação da tipologia de museu proposta, até sua implementação e funcionamento.

Para tanto, esse estudo apresenta como objetivo geral estabelecer um relato estruturado sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto – MCA, localizado em Balneário Camboriú. Já como objetivos específicos: acompanhar seu processo de regulamentação e enquadramento diante das legislações e normas aplicadas a museus; desenvolver um diagnóstico global sobre o desenvolvimento da instituição.

Para atingir os objetivos propostos, o presente projeto utilizou como metodologia um estudo de caso sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto - MAC, coletando dados de forma qualitativa por meio de contato direto com a instituição.

Inicialmente fez-se um levantamento bibliográfico, acerca da tipologia do Museu, seu enquadramento teórico e metodologias adotadas, junto a uma pesquisa no que refere às legislações e normas aplicadas aos Museus. Na sequência foram coletados dados por meio de pesquisa e observação referentes a três pontos, sendo

eles: 1. Projeto de criação da instituição; 2. Aprovação e implementação; 3. Desenvolvimento das ações museológicas.

Por meio de uma análise comparativa dos dados coletados e levantamento bibliográfico previamente feito, elaborou-se um questionário o qual foi encaminhado ao Museu a Céu Aberto - MCA para compreender sobre seu funcionamento, quadro de funcionários e obras do acervo da instituição.

No que se refere aos instrumentos de coleta de dados escolhidos, dos quais utilizou-se questionário, levantamento bibliográfico e observação, prosseguiu-se da seguinte forma:

O levantamento bibliográfico ocorreu por meio de consultas a bibliotecas públicas e pesquisa online, através da realização de fichamentos; o questionário foi encaminhado ao Museu a Céu Aberto – MCA, sendo respondido pela Diretora de Artes Fundação Cultural de Balneário Camboriú, Lilian Fernanda Martins Camargo; o processo de observação das ações foi documentado por meio de caderno de notas online.

Todo o material coletado foi armazenado no serviço de armazenamento e sincronização de arquivos Google Drive, junto com suas ferramentas para criação de documentos, planificação de dados e transcrição de áudios.

Ao final, elaborou-se um relato estruturado que servirá como forma de documentação do processo de criação, implementação e desenvolvimento da instituição, contribuindo para construção da sua memória institucional, explanação da temática no campo museológico e servindo de base para criação de futuros museus.

CAPÍTULO 1 - INSTITUCIONALIZAÇÃO DO CAMPO MUSEAL NO BRASIL

Conforme a nova definição de museu aprovada durante a 26ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) realizada em agosto de 2022, em Praga, na República Tcheca.

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe patrimônio material e imaterial. Abertos ao público, acessíveis e inclusivos, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Atuam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação das comunidades, oferecendo experiências variadas de educação, entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimento.

Sendo uma instituição de conexão entre passado e presente que prospecta o futuro, a partir do estudo dos usos sociais da memória através de objetos tidos como musealizados.

Para falar da sua importância em nossa sociedade, bem como para nosso país, é preciso compreender a institucionalização do campo museal no Brasil. Para tanto, traz-se uma linha histórica dos principais fatores que ocorreram para essa institucionalização.

Inicia-se essa linha do tempo com a criação do IPHAN em 1937. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi criado em 13 de janeiro de 1937 pela Lei Nº 378/1937.

Para Melo (2020), o IPHAN é uma autarquia federal (autogoverno), vinculada ao Ministério da Cidadania (2024), que atua na preservação e conservação do patrimônio de cunho histórico, artístico e paisagístico no Brasil.

Antes de se tornar instituto e receber esse nome, era denominado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com início de suas atividades em 1936, onde costuma-se apontar que o mesmo atuou de forma provisória, como serviço, até a data de 1937, quando foi instituído como Instituto.

Nesta fase do Estado Novo, o país passava por um momento dito “Fase heroica”, onde enfatizava uma dedicação pela causa cultural. Neste período, o SPHAN recebe a colaboração de importantes nomes brasileiros, como Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Vinícius de Moraes, Gilberto Freyre, Carlos Drummond de Andrade e entre outros. Em 1946 o SPHAN torna-se um Instituto com o propósito de preservação, e o que antes era um setor de Serviço passa a ser denominado de Instituição (MELO, 2020, p. 3).

Com a sua criação em 1937, por meio da promulgação da Lei Nº 378/1937, onde observa-se em seu artigo 46º:

Art. 46. Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.

§ 1º O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional terá, além de outros órgãos que se tornarem necessários ao seu funcionamento, o Conselho Consultivo.

§ 2º O Conselho Consultivo se constituirá do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dos diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República.

§ 3º O Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Bellas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados, cooperarão nas atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela forma que for estabelecida em regulamento (BRASIL, 1937).

Durante a Ditadura Militar, que ocorreu após o período de sua criação (1964-1985), o IPHAN utilizou-se da cultura como um dos motores de expansão e repressão para a população.

Outro fator histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a criação da Divisão de Museus e Difusão Cultural no ano de 1976. Essa criação ocorreu em consequência de alguns acontecimentos que precisam ser registrados.

Primeiramente, destaca-se algumas mudanças que foram consequência da reforma administrativa empreendida nos anos 1960 que geraram a reorganização de ministérios (REZENDE, et al, 2014).

No caso do Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi criado em sua estrutura, pelo Decreto nº. 66.967, de 27 de julho de 1970, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), como um órgão superior, ao qual se vinculavam às instituições culturais alocadas no Ministério. Por esse mesmo decreto a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformada em instituto (IPHAN), passando a se vincular ao DAC. Essas mudanças não geraram de imediato uma nova estrutura organizacional para o IPHAN, pois foi mantida a da extinta DPHAN. Somente em 1976, por meio da Portaria MEC nº. 230, de 30 de março, a instituição teve publicado seu novo regimento interno, que tornava mais complexa sua organização. Foram criadas quatro novas representações, denominadas Diretorias Regionais, que permitiram a presença institucional nas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, somando-se às anteriores nas regiões Sudeste e Nordeste; desta última passou a fazer parte também o território de Fernando de Noronha (REZENDE, et al, 2014, p. 1).

Assim, com a nova estrutura organizacional para o IPHAN bem como seu novo regime interno, é incluída em 1976, na estrutura do Instituto uma série de seções, tais como: a Divisão de Museus e de Difusão Cultural e a Divisão de Arqueologia, além de outras de natureza puramente administrativa, como era o caso das divisões de Pessoal e de Execução Orçamentária e Financeira. Diante disso, o IPHAN passa a ter autonomia em relação ao Ministério da Educação e Cultura, pois passou a ter estruturas administrativas próprias (REZENDE, et al, 2014).

No ano de 1979, como consequência da fusão entre o IPHAN, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e o Programa Cidades Históricas (PCH), e com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, o Instituto foi transformado em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e se tornou um órgão superior do MEC (REZENDE, et al, 2014).

Apenas em 1994, com a dissolução do Ministério da Cultura, por meio da Medida Provisória nº. 610, de 08 de setembro de 1994, a Instituição voltou a ter a denominação IPHAN novamente, mantendo a denominação até os dias atuais.

Já a sua estrutura regimental só foi publicada em 1998, pelo Decreto nº. 2.807, no qual eram descritas as finalidades da instituição:

I – formular e coordenar a execução da política de preservação, promoção e proteção do patrimônio cultural, em consonância com as diretrizes do Ministério da Cultura; II – formular e promover programas de cooperação técnica e aperfeiçoamento de recursos humanos para conservação e preservação do patrimônio cultural; III – desenvolver estudos e pesquisas, visando à geração e incorporação de metodologias, normas e procedimentos para conservação e preservação do patrimônio cultural; IV – promover a identificação, o inventário, a documentação, o registro, a difusão, a vigilância, o tombamento, a desapropriação, a conservação, a restauração, a devolução, o uso e a revitalização do patrimônio cultural; V – exercer os poderes discricionário e de polícia administrativa para proteção do patrimônio cultural brasileiro; VI – aplicar as penalidades previstas na legislação de proteção ao patrimônio cultural; VII – exercer as competências estabelecidas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, no Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941, na Lei nº 4.845, de 19 de novembro de 1965 e na Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961 (BRASIL, 1998, art. 2).

Agora que observadas a criação e as mudanças que ocorreram no IPHAN, aborda-se outro aspecto importante para a institucionalização do campo museal no Brasil: a regulamentação da profissão museólogo no ano de 1985.

Mas antes, vamos buscar compreender o conceito de Museologia. Para Cury (2014, p. 58), a Museologia é a disciplina que “se aproxima de outras para dar conta de seu objeto de estudo, o fato museológico – a relação do homem com o patrimônio cultural, relação mediada, ora por vezes por um museu – institucionalmente –, ora por outros tipos de estruturas museais”. Assim, o objeto de estudo da Museologia é o fato museológico.

A regulamentação da profissão museólogo ocorreu através do Decreto Nº 91.775, de 15 de outubro de 1985, o qual regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia.

O decreto acima mencionado, em seu artigo 3º nos traz as atribuições de um museólogo, as quais serão apresentadas a seguir.

Art . 3º São atribuições do museólogo:

I - Ensinar Museologia nos seus diversos conteúdos, em todos os graus e níveis, obedecidas as prescrições legais;

II - Planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins;

III - executar todas as atividades concernentes ao funcionamento dos museus;

IV - Solicitar o tombamento de bens culturais e o seu registro em instrumento específico;

V - Coletar, conservar, preservar e divulgar o acervo museológico;

VI - Planejar e executar serviços de identificação, classificação e cadastramento de bens culturais;

VII - promover estudos e pesquisas sobre acervos museológicos;

VIII - definir o espaço museológico adequado à apresentação e guarda das coleções;

IX - Informar os órgãos competentes sobre o deslocamento irregular de bens culturais, dentro do País ou para o exterior;

X - Dirigir, chefiar e administrar os setores técnicos de Museologia nas instituições governamentais da administração pública direta e indireta, bem assim em órgãos particulares de idêntica finalidade;

XI - prestar serviços de consultoria e assessoramento na área de Museologia;

XII - realizar perícias destinadas a apurar o valor histórico, artístico ou científico de bens museológicos, bem assim sua autenticidade.

XIII - orientar, supervisionar e executar programas de treinamento, aperfeiçoamento e especialização de pessoas habilitadas nas áreas de Museologia e Museografia, como atividade de extensão;

XIV - orientar a realização de seminários, colóquios, concursos, exposições de âmbito nacional ou internacional, e de outras atividades de caráter museológico, fazendo-se nelas representar.

Sua criação foi de extrema importância pois, conforme observado no artigo 1º do decreto, o desempenho das atividades de museólogo, em qualquer de suas modalidades, constitui objeto da profissão de Museólogo, regulamentada pelo deferido Decreto.

Outro aspecto importante a ser mencionado nessa linha do tempo e pesquisa sobre a institucionalização do campo museal no Brasil é a Política Nacional de Museus datada do ano de 2003.

Segundo o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram (2022, p. 2):

A Política Nacional de Museus (PNM) foi lançada pelo Ministério da Cultura em 16 de maio de 2003 em meio às comemorações do Dia Internacional de Museus, no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro. Os documentos básicos, após debate com a comunidade museológica, culminaram no lançamento do caderno Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania. A construção da PNM contou com ampla participação de representantes da área de museus e de áreas afins.

Conforme disposto na mesma, seu objetivo é:

promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (BRASIL, 2003, p. 5).

No mesmo período, observa-se a criação do Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), o qual foi criado na estrutura do IPHAN, e posteriormente substituído pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM).

Para Santana (2019, p. 4-5) sua criação foi um dos primeiros desdobramentos da Política Nacional de Museus no âmbito do IPHAN, em 2003. “A singularidade do conjunto de museus do IPHAN e a inexistência formal de um setor na área federal voltado às ações no campo da museologia, eram motivos suficientes para a criação do DEMU”.

O Demu promoveu fóruns junto à comunidade museológica para apresentar e discutir as visões sobre o campo, encaminhar soluções para os sistemas de museus. Ou seja, o Demu fortaleceu a área museológica através das discussões com a comunidade e da implementação de políticas públicas. Esse fortalecimento institucional se dá também através da criação de 23 cargos de museólogos no concurso nacional realizado em 2005 pelo Iphan (MORAES, 2009, p. 65).

Porém, disputas dentro do Departamento de Museu e Centros Culturais (DEMU) começavam a surgir em decorrências de discussões a respeito da possível criação de uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pelo setor museológico de modo mais específico, desvinculando-se do IPHAN (SANTANA, 2019).

Surge-se assim o Sistema Brasileiro de Museus, pelo Decreto nº 5.264 de 2004, o qual institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências, nos apresentando, em seu artigo 1º:

Art. 1º Fica instituído o Sistema Brasileiro de Museus, com a finalidade de promover:

I - A interação entre os museus, instituições afins e profissionais ligados ao setor, visando ao constante aperfeiçoamento da utilização de recursos materiais e culturais;

II - A valorização, registro e disseminação de conhecimentos específicos no campo museológico;

III - A gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e

IV - O desenvolvimento das ações voltadas para as áreas de aquisição de bens, capacitação de recursos humanos, documentação, pesquisa, conservação, restauração, comunicação e difusão entre os órgãos e entidades públicas, entidades privadas e unidades museológicas que integrem o Sistema.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério da Cultura coordenar o Sistema Brasileiro de Museus, fixar diretrizes, estabelecer orientação normativa e supervisão técnica para o exercício de atividades sistematizadas no âmbito das matérias e objetivos do Sistema, preservada a autonomia administrativa, as dotações orçamentárias e a gestão de pessoal próprias dos órgãos e entidades que o integrem.

Segundo Silva (2015, p. 69), já em 2009, foi criado o Estatuto Brasileiro de Museus pela 11.904/2009 e a Lei 11.906/2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus, uma autarquia federal, vinculada diretamente ao Ministério da Cultura, com autonomia financeira e administrativa que tem como objetivo, entre outros:

Promover e garantir a implementação de políticas públicas para o setor museológico, visando contribuir para a organização, gestão e desenvolvimento dos museus e seus acervos; incentivar programas e ações que viabilizem a preservação e a sustentabilidade do patrimônio museológico brasileiro; contribuir para a divulgação, em âmbito nacional e internacional, dos acervos museológicos brasileiros; promover a permanente qualificação dos recursos humanos do setor; e garantir os direitos das comunidades organizadas de participar dos processos de identificação e definição do patrimônio a ser musealizado (AMAZONAS, 2010).

Outro aspecto importante para ser abordado são os subsídios necessários para a criação dos museus, o qual precisa ser debatido nesse contexto pois todo museu deve e precisa ter uma base e um amparo legal para seu funcionamento.

Desse modo, em 2009, o então Ministério da Cultura junto ao Instituto Brasileiro de Museus publicou o manual Subsídios para a Criação de Museus Municipais, apontando os principais aspectos para a criação de instituições museológicas no Brasil:

1. decreto, lei, portaria, ata ou outro diploma legal que registre a criação do museu;
2. documento que define seu estatuto jurídico e sua natureza administrativa;
3. regimento interno, no qual serão estabelecidos: propósitos, objetivos, política institucional, papel e composição da diretoria, assim como formas de manutenção;
4. organograma;
5. Plano Museológico (compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da missão da instituição museal e para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e ações de cada uma de suas áreas de funcionamento);
6. local de instalação do museu, seja ele virtual ou físico, permanente ou temporário, nômade ou enraizado no território, ou mesmo reunindo e combinando diferentes possibilidades;
7. plano de ocupação dos espaços (salas de exposição, reserva técnica, salas administrativas, espaço de ação educativa e cultural, espaços de serviços, espaços de circulação, sala de segurança, outros espaços); e,
8. quando for o caso, identificação de percursos e roteiros no território de atuação do museu (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 14).

Um museu será gerenciado e cuidado por uma diretoria, a qual é responsável por manter e desenvolver todos os aspectos do museu: “suas equipes, seus

serviços, suas coleções, suas instalações, seus espaços, seus públicos e seus programas de comunicação, educação, pesquisa e preservação, entre outros” (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 15).

Ainda segundo os autores, cada museu deve ter um estatuto para organizar e regulamentar suas atividades e esse deve ser de conhecimento e acesso de todos; precisa ter documentação de todo o acervo de acordo com as regras nacionais e internacionais vigentes; devem também existir no museu políticas de aquisição, preservação, conservação e restauração de bens culturais que precisam ser seguidas à risca por todos.

As instalações devem ser adequadas para que o museu desenvolva as funções de pesquisar, conservar e comunicar, incluindo acomodações para o público e para os funcionários, levando em consideração também que o edifício, qualquer que seja seu estilo arquitetônico, tem ainda um papel importante como presença física e elemento simbólico no espaço urbano (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 19).

Por fim destaca-se dois aspectos de grande relevância sobre os museus: é um processo e uma prática social que deve ser colocada a serviço da e para a sociedade, as comunidades locais e seu desenvolvimento.

Assim, observa-se o museu não como um fim em si mesmo, mas como um meio, isto é, uma ferramenta, a qual deve ser utilizada para exercer o direito à memória, ao patrimônio e à cultura; para o desenvolvimento de processos identitários e de valorização da diversidade cultural. Os museus possuem como principais funções a preservação, a investigação e a comunicação. Já como finalidades gerais dos museus destaca-se educação e lazer (CHAGAS; NASCIMENTO JÚNIOR, 2009, p. 19).

Para Souza Junior (2021, p. 2):

Como instituições interdisciplinares, os museus atuam em três campos distintos e complementares, imprescindíveis ao seu adequado funcionamento: a preservação, a investigação e a comunicação. A preservação prolonga a vida útil dos bens culturais, assegurando-lhes a integridade física ao longo do tempo. Não constitui um fim em si mesmo, mas um meio, cujo objetivo maior é preservar a possibilidade de acesso futuro às informações das quais os objetos são portadores. Para que o acesso a essas informações se efetive é necessário que ocorra um processo de comunicação, no qual se estabelece uma relação entre o homem, sujeito que conhece, e o bem cultural, testemunho de uma dada realidade. Ao disponibilizar seu acervo para o público, o museu constitui um dos espaços, entre outros, onde se dá essa relação pessoa/bens culturais. A investigação, por sua vez, tem o papel de ampliar as possibilidades de

comunicação dos bens culturais; como atividade voltada para a produção de conhecimento, ela assegura uma visão crítica sobre determinados contextos e realidades dos quais o objeto é testemunho. Nesse trinômio, são a pesquisa e a comunicação que conferem sentido e atribuem uso social aos objetos, justificando, inclusive, a sua preservação.

O autor nos destaca ainda que independentemente de sua tipologia, os museus são construções histórico-socioculturais, “espaços propícios à pesquisa histórica, o que justifica a necessidade e/ou o predomínio de historiadores nessas instituições, aptos em inserir os objetos em seu contexto de produção e significação social” (SOUSA JUNIOR, 2021, p. 2).

Diante de todo contexto apresentado, é possível observar a formação histórica das regulamentações atreladas ao campo museal no Brasil, norteadas por políticas institucionais de funcionamento que seguem até a atualidade. Deste modo, o capítulo a seguir aborda um pouco sobre a história e a cultura da cidade de Balneário Camboriú bem como pontos históricos e culturais da cidade, finalizando com a apresentação do Museu a Céu Aberto, foco de debate deste estudo.

CAPÍTULO 2 - BALNEÁRIO CAMBORIÚ - HISTÓRIA E CULTURA

Balneário Camboriú, hoje uma das principais cidades do litoral de Santa Catarina, possui uma rica história de ocupação de seu território. Conforme destaca Schlickmann (2016) em sua obra "Do Arraial do Bonsucesso a Balneário Camboriú: mais de 50 anos de história".

A história de Balneário Camboriú é mais antiga do que a maioria das pessoas imagina, uma vez que possui cerca de quatro mil anos. A maior parte desses milhares de anos ainda é um mistério para os historiadores, arqueólogos, antropólogos e pesquisadores em geral. A única certeza é que quando os primeiros homens brancos e de origem portuguesa chegaram aqui, estas terras já eram habitadas. Portanto, não foram descobertas, somente colonizadas. Sabemos que aqui foi o lar de homens do sambaqui, como comprovam os 165 sepultamentos encontrados no sítio arqueológico escavado pelo Padre João Alfredo Rohr e sua equipe na década de 1970, na praia de Laranjeiras. Também há indícios de Tupi-Guaranis, Carijós e Kaingangs na região, pois tiveram uma presença marcante em todo o Vale do Itajaí, além dos Xokleng no Alto Vale. Usamos o verbo "ter" no passado, pois suas populações foram reduzidas drasticamente a partir do século XIX, devido aos embates com os europeus que para cá migraram, pelas políticas de branqueamento impostas pelo Estado e pela contração de doenças. Apesar da invisibilidade, essas populações ainda existem, resistem e lutam pela sobrevivência (SCHLICKMANN, 2016, p. 4).

Buscando descrever a história do município de Balneário Camboriú, destaca-se que, durante o período do século XIX, o Arraial do Bonsucesso, como era denominado na época, foi crescendo até virar uma Freguesia, datada em registro de 26 de abril de 1849. Apenas em 1895, décadas depois, em 15 de janeiro, essa freguesia veio a tornar-se o município de Camboriú.

Em meados da década de 1920, a então Praia de Camboriú era considerada apenas um reduto de pescadores, onde habitavam poucos moradores; o lugar com maior densidade demográfica e desenvolvido da região era o Bairro da Barra. A agricultura daquele período era de subsistência, com cultivos básicos que incluíam a mandioca, a partir da qual se produzia farinha nos engenhos locais. Esses engenhos de farinha eram fundamentais para a economia e a cultura das comunidades, funcionando como centros de produção e interação social. Além da agricultura, a pesca, que era artesanal, se apresentava como a principal matriz econômica. Devido a esse fator, em 1927, foi fundada a Colônia de Pescadores Z7, uma das primeiras da região, que perdura até a atualidade com quase 100 anos de história.

Aos poucos, novas construções foram surgindo devido ao crescimento da cidade, sendo a primeira escola construída em 1918, denominada “Canto da Praia”, e a construção dos primeiros hotéis na década 1920, com a demanda gerada por moradores de cidades vizinhas como Itajaí e Blumenau, que começaram a frequentar a praia com assiduidade.

Aos poucos, a infraestrutura local foi melhorando. A primeira farmácia foi inaugurada por Olávio Mafrá Cardoso em 1952 e foi, por muito tempo, além das parteiras e benzedeiras, a única opção para o tratamento de doentes na praia. Em 1956, o Restaurante Marilus, que se tornou um dos mais famosos da região, abriu suas portas. E foi nas suas dependências que ocorreu a cerimônia de criação do município de Balneário Camboriú, em 1964 (SCHLICKMANN, 2016, p. 20).

Em 1964, por meio da Lei Orgânica Do Município De Balneário Camboriú/SC, observa-se a mudança do nome de Balneário de Camboriú para Balneário Camboriú, conforme descrito a seguir:

Art. 5º O Município de Balneário Camboriú, desmembrado do Município de Camboriú de acordo com a Resolução nº 2, de 25 de fevereiro de 1964, da Câmara Municipal de Camboriú, criado pela Lei Estadual nº 960, de 08 de abril de 1964 e instalado por meio do Decreto Executivo Estadual nº 1.674, de 24 de junho de 1964, na data de 20 de Julho de 1964, alterado a toponímia de Balneário de Camboriú para Balneário Camboriú, pela Lei Estadual nº 5.630, de 20 de novembro de 1979, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na cidade que lhe dá nome, dotado de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, rege-se por esta Lei Orgânica. (REDAÇÃO DADA PELA EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 15/2017).

Além do histórico apresentado aqui da cidade de Balneário Camboriú, é essencial trazer aqui para fins de debate bem como para atingir os objetivos propostos para esse estudo, alguns aspectos sobre a cultura do município.

Assim, para início de debate, aborda-se sobre o conceito de patrimônio cultural. O conceito Patrimônio cultural recebeu ao longo dos tempos inúmeras modificações pela própria legislação brasileira, que visa sempre que possível e plausível, acompanhar os debates internacionais sobre essa temática.

Atualmente, utiliza-se a definição para patrimônio cultural, inscrita no artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988).

A Fundação Cultural de Balneário Camboriú (FCBC), conforme descrito no site da Fundação, foi criada pela Lei Municipal nº 2.397, de 12 de novembro de 2004. A FCBC é:

Uma entidade com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e disciplinar. Entre seus objetivos, estão incentivar a prática e o desenvolvimento da atividade artística no município e administrar ações de preservação do patrimônio histórico documental, cultural e artístico da cidade. Integram a Fundação Cultural os seguintes equipamentos culturais: Teatro Bruno Nitz, Galeria Municipal de Arte, Arquivo Histórico, Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis, Galeria de Vidro, Atelier Casa Linhares, Vila do Artesanato, Conselho Municipal de Política Cultural, Câmaras Setoriais.

Por meio da Lei Municipal de Incentivo e Fomento à Cultura (LIC), a FCBC patrocina, desde 2013, vários projetos artístico-culturais. A LIC possui como objetivo democratizar a aplicação de recursos públicos na área, bem como fomentar a produção, a circulação, a formação, a preservação e a difusão da arte em Balneário Camboriú (FCBC, s.d).

Dentre tantos meios de se difundir e conservar a arte na cidade de Balneário Camboriú, destaca-se a seguir alguns aparelhos culturais que fazem parte da história e do patrimônio cultural da cidade.

O **Teatro Municipal Bruno Nitz** foi inaugurado em 27 de março de 2014, com capacidade para 345 pessoas sentadas, sendo 218 lugares na plateia inferior e 127 na plateia superior. Sua estrutura possui 2,8 mil metros quadrados de área construída, e conta com modernos sistemas de climatização, iluminação, sonorização e automação (FCBC, S.d).

Seu regimento interno foi aprovado pelo decreto Nº 8826, de 30 de janeiro de 2018, onde observa-se suas finalidades no artigo 1º:

Art. 1º O Teatro Municipal Bruno Nitz, é um equipamento integrante da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC, e destina-se prioritariamente a atividades artístico-culturais, desde que condizente com sua estrutura física, respeitando sua condição e conformidade com os projetos e diretrizes estabelecidas.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização do Teatro Municipal Bruno Nitz, nas seguintes situações:

I - Para palestras, encontros, assembleias e congressos com fins políticos partidários, religiosos e espirituais;

II - Para atividades escolares relacionadas a datas comemorativas e formaturas em qualquer nível de grau ou de cursos de naturezas diversas;

III - pela utilização de seu hall, quanto à realização de feiras e/ou exposição com fins lucrativos, exceto quando se tratar de produtos culturais vinculados à agenda da Fundação Cultural.

O Teatro Municipal Bruno Nitz se localiza na Avenida Central (esquina com a Rua 300), número 50, Centro, cidade de Balneário Camboriú e é considerado um dos aparelhos culturais de grande nome e importância para o município.

Outro aparelho cultural a ser destacado na cidade de Balneário Camboriú é a **Biblioteca Pública Machado de Assis**, localizada na Terceira Avenida, esquina com a Rua 2500. Segundo site da Prefeitura de Balneário Camboriú (2021, p. 2), “a biblioteca conta com um acervo de 50 mil livros e 18.622 usuários cadastrados. Além dos livros do acervo geral (incluindo obras raras, dicionários, livros em braile e enciclopédias), o espaço possui periódicos, gibis e multimeios”.

Segundo o decreto Nº 5060, de 13 de junho de 2008, observa-se sua natureza e finalidade no artigo 1º:

Art. 1º A Biblioteca Pública Municipal "Machado de Assis" é um órgão vinculado administrativamente à Fundação Cultural de Balneário Camboriú, tem como principal objetivo promover desenvolvimento socioeducativo, cultural e intelectual do cidadão, garantindo e promovendo o acesso amplo democrático e universal aos registros de conhecimento em sua diversidade e pluralidade.

No que tange o campo das artes visuais, é destaque neste estudo a **Galeria Municipal de Arte**. A mesma, segundo a FCBC (s. d., p.1) possui “o objetivo de oferecer estrutura adequada aos artistas para exposição de trabalhos e oportunizar à comunidade o acesso aos acervos de artistas locais, regionais, nacionais e internacionais”.

Conforme a prefeitura de Balneário Camboriú (2013, p. 2), a Galeria Municipal de Arte possui como objetivo criar novos artistas por meio de suas atividades e programas. A mesma nos aponta ainda que:

A Fundação Cultural oferece cursos gratuitos de violão, canto, teatro e pintura em tela. Os cursos acontecem uma vez por semana, com turmas de segunda a sexta-feira, e tendem alunos entre 14 e 65 anos. Uma das aulas mais procuradas é a de pintura em tela. (...) os alunos aprendem técnicas do acrílico sobre tela com temas que envolvem pop art, paisagens, natureza morta, abstratos, figura humana em estilo acadêmico ou impressionista. Geralmente são realizadas exposições bimestrais dos trabalhos em locais

públicos da cidade. Desde 2009 a Fundação Cultural conta com a Associação de Pintores e Artistas Visuais de Balneário Camboriú (Balnearte), formado pelos alunos do nível avançado do curso de pintura em tela. Evelina, idealizadora do Balnearte, explica que a proposta do grupo “é oportunizar o crescimento artístico e profissional de seus integrantes e promover a produção artística e cultural de forma simples e acessível a todos”.

Desde 2014, o Teatro Municipal, localizado na Praça Bruno Nitz, abriga a nova sede da Fundação Cultural e a Galeria de Arte, ampliando o espaço destinado às artes visuais.

Destaca-se ainda o **Arquivo Histórico Municipal**, responsável pela gestão, guarda, preservação e divulgação do patrimônio histórico e documental do município. O mesmo teve seu espaço físico inaugurado em 2013 e hoje está localizado a 3ª Avenida, nº 1325, esquina com a Rua 2500 (junto ao prédio da Biblioteca Municipal Machado de Assis).

Segundo a Prefeitura de Balneário Camboriú (2021, p. 1):

(...) Vinculado à Fundação Cultural, o arquivo tem um acervo composto por documentos, fotografias, jornais, mapas, plantas arquitetônicas e outros registros que preservam a memória e servem de base para a produção de conhecimento da história do município. Neste mês, o acervo foi ampliado com a doação, feita pelo Jornal Página 3, de edições impressas, jornais digitais e cerca de 38 mil fotografias, em comemoração aos 30 anos da empresa jornalística e aos 57 anos da cidade.

Cabe destacar que, o Arquivo Histórico Municipal foi criado pelo Projeto de Lei Ordinária N.º 83/1993.

Destaca-se aqui ainda como aparelho cultural da cidade, o **Ponto de Memória Casa Linhares**. No dia 19 de março de 2016, o mesmo foi inaugurado na antiga sede da Escola de Arte e Artesanato, que naquele momento passou por intervenções de restauro em sua estrutura.

Segundo a Prefeitura Balneário Camboriú (2016, p. 2):

O Programa Pontos de Memória é uma iniciativa do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) e tem como objetivo apoiar ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social. Os Pontos trabalham a memória de forma viva e dinâmica, como resultado de interações sociais e processos comunicacionais, os quais elegem aspectos do passado de acordo com as identidades e interesses dos componentes do grupo. Os Pontos de Memória valorizam o protagonismo comunitário e concebem o museu como instrumento de mudança social e desenvolvimento sustentável. Em estágio pleno de desenvolvimento, são capazes de promover a melhoria da qualidade de

vida da população e fortalecer as tradições locais e os laços de pertencimento, além de impulsionar o turismo e a economia local, contribuindo positivamente na redução da pobreza e violência.

O Ponto de Memória Casa Linhares tem como objetivo apresentar o acervo da Família Linhares e de mulheres que são referência na comunidade.

Por fim, traz-se alguns apontamentos sobre o **Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú**. Criado oficialmente em 9 de maio de 2022 através da Lei ordinária 4.634, o Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú surge diante de um cenário de pós pandemia da Coronavírus (COVID-19), onde a arte em contexto urbano foi fortemente fomentada pela prefeitura como forma de qualificar os espaços públicos ao ar livre.

Projetos de grafite e muralismo patrocinados através da Lei de Incentivo à Cultura, junto ao movimento de arte urbana independente Open Street Galery, atuante desde 2019, e artistas que fizeram da cidade suporte para suas obras, assim como, as esculturas e monumentos integrantes do cenário urbano, contribuíram de forma direta para viabilizar a criação do referido Museu.

Vinculado e mantido pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú, a instituição se encontra desde dezembro de 2021 em processo de implementação, onde tem enfrentado diversos desafios teóricos e metodológicos.

O acervo da instituição encontra-se em constante processo formação, uma vez que a mesma não possui espaço físico formal, um website é a principal ferramenta de comunicação da mesma, que através de atividades itinerantes pela cidade, tem como foco trabalhar sobre o recorte temático de arte em contexto urbano, buscando ser um agente de democratização cultural rompendo com barreiras espaciais, segundo CHAGAS; PIRES (2014, p. 290):

O diálogo entre território, museu e sociedade aciona a possibilidade de uma museologia que, ancorada no social, crítica e se aplica na transformação dos museus; compreende o território como espaço socialmente construído e que os museus não são apenas representações da sociedade, são também projetos, sonhos e desejos de outro mundo, quiçá de um mundo melhor; sendo construções, eles também são construtores de realidades e de subjetividades individuais e coletivas (CHAGAS ; PIRES, 2014, p. 290).

A instituição destaca-se como sendo a primeira do estado a trabalhar com tal recorte temático. Envolvendo manifestações de arte efêmeras, como grafite e muralismo, a formas mais clássicas, entre elas, estátuas, monumentos e esculturas. Pensando no espaço urbano como um local para livre criação, sendo passivo de

desenvolvimento sociocultural, criando zonas de contato, entre arte, cultura, educação, lazer e sociedade.

CAPÍTULO 3 - MUSEU A CÉU ABERTO - MCA

A arte urbana no Brasil tem seu contexto e histórico ligado diretamente ao surgimento e propagação do movimento Hip Hop e seus quatro elementos, DJ, MC, breaking e graffiti. Com início na década de 60, na Filadélfia, onde observa-se “o início do fenômeno moderno caracterizado pelo uso da tinta spray”, que se espalhou pelas cidades vizinhas, onde “o significativo aumento das manifestações urbanas ocorreu em 1972, nas cidades da Costa Leste dos Estados Unidos” (ALMEIDA, 2018, p. 14-15).

Ainda segundo a autora:

O centro das manifestações urbanas foi Nova York, onde propagou-se com maior potência e popularidade o que se iniciou no estado da Pensilvânia. Principalmente nos distritos de Manhattan, Bronx e Brooklyn, a “forma popular de pintura de pulverização” (...) era praticado por jovens que não integravam instituições ou organizações políticas e ideológicas. Entretanto se organizavam em grupos, gangues formadas por vizinhos, amigos, irmãos nos bairros onde residiam para coletivamente e espalharem suas marcas, logomarcas, tags, apelidos “o longo das rotas de transporte”, inicialmente, passando a proliferarem as repetições caligráficas em diversos suportes públicos como metrô, trens, ônibus, paredes, postes e etc. (ALMEIDA, 2018, p. 15).

O Graffiti na década de 70 cresce de forma significativa quando jovens de classes sociais mais baixas se apropriam mais uma vez desta técnica, como reflexo das condições suburbanas em que viviam, buscando ganhar voz na sociedade e se tornar mais visíveis, para que todos conhecessem suas realidades e seus problemas sociais (PORTELINHA, 2013, p. 54).

Para Portelinha (2013), o Graffiti deixa de ser apenas marcas e riscos nas ruas para se tornar um movimento artístico:

O impacto que teve no final dos anos 70 e no início dos anos 80 deu origem a novas comunidades ou grupos conhecidos por crews, que eram constituídos por vários elementos (writers, rappers, dançarinos) e que competiam por espaços para pintarem. Com toda a competição que se gerou, o espaço começou a rarear e foi necessário repensar formas de sobressair no meio de toda aquela confusão visual que ia aparecendo nos comboios e muros das cidades. É assim que muitos writers começam a querer abandonar o registo convencional (o tag) e começam a criar letras em maiores escalas, mais trabalhadas, com mais pormenores e cores berrantes, para assim terem um maior destaque e visibilidade (PORTELINHA, 2013, p. 55-56).

Assim, o Graffiti se integra à arte em contexto público, carregado como uma expressão artística significativa de impacto cultural e social.

No Brasil, as primeiras formas de expressão artística utilizando de técnicas de spray em superfícies urbanas, foram em meados de 1964 como forma de protestos e movimentos contra a ditadura militar, através de pichações e grafitagens.

Com restrições à liberdade de expressão do período ditatorial, os muros viram locais de protestos, principalmente por jovens que registravam aversão, desprezo e indignação contra o regime militar. O Graffiti com imagens figurativas ou poéticas passa a ser observado no país na década de 1970 (RINK, 2015).

O artista Alex Vallauri foi o principal precursor do Graffiti no Brasil, aqui chegando, vindo de Buenos Aires, em 1964. Costumava desenhar mulheres do porto de Santos em trajes íntimos. Seus primeiros Graffiti eram muito simples e foram sendo aprimorados ao longo do tempo. Muitos de seus Graffiti vinham de uma coleção de carimbos dos anos 1950, que Alex ampliava no tamanho desejado. Ele ficou famoso e participou de três Bienais de São Paulo e de muitas exposições em galerias. Junto com Alex, vários outros artistas passaram a usar a cidade como suporte para suas obras, dentre eles Hudinilson Júnior, Carlos Matuck, Waldemar Zaidler, Maurício Villaça, Júlio Barreto, John Howard, Ozéas Duarte, o grupo "TupiNãoDá" da Vila Madalena em São Paulo e outros que deram importante colaboração para o desenvolvimento de uma linguagem própria feita no Brasil (PAPALI et al, 2016, p. 8-9).

O Graffiti evolui continuamente, influenciado por mudanças políticas, movimentos artísticos e tendências contemporâneas. À medida que a arte urbana se globaliza, os artistas precisam estar cientes das criações de seus pares ao redor do mundo para refletirem sobre suas próprias obras. Como destaca Portelinha (2013, p. 59), essa interação e troca de ideias são essenciais para o desenvolvimento e inovação na arte urbana, permitindo que os artistas se inspirem mutuamente e adaptem suas práticas às novas influências e contextos globais.

O Graffiti e a arte urbana são duas vertentes que nasceram de um mesmo movimento. Enquanto esse movimento existir e tiver seguidores, estas duas vertentes artísticas andarão interligadas, uma não viverá sem a outra, e o Graffiti será sempre a incubadora da arte urbana. Foi dele que surgiram todas as experiências e os mais diversos estilos que deram origem àquilo que hoje é considerado bonito e artístico. Na sua maioria, salvo raras exceções, os artistas que surgiram no panorama internacional tiveram a sua iniciação nas ruas e em algo ainda hoje considerado ilegal (PORTELINHA, 2013, p. 63).

Por fim, o autor destaca que a arte urbana é um movimento de ocupação das do espaço público, estabelecendo um diálogo nas paredes com os transeuntes, estimulando a reflexão e apresentando perspectivas alternativas às ideias já "enraizadas". Desta forma, a arte urbana se configura como um movimento de resistência ativa (PORTELINHA, 2013).

O município de Balneário Camboriú, com o objetivo de promover a arte em contexto público, alterou em 2005, a Lei Municipal nº 1.677/97, conhecida popularmente como Lei das obras de arte nas fachadas, acrescentando dispositivos no Plano Diretor, onde observa-se:

"Art. 65-A - Fica obrigatória a colocação de 01 (uma) obra de arte na frente, fachada ou jardim das edificações iguais ou superiores a 06 (seis) pavimentos.

§ 1º Entende-se obra de arte como interpretação de qualquer realidade visual, emocional e intelectual, através da representação plástica.

§ 2º Representação plástica pode se desenvolver de forma bidimensional ou tridimensional, perpassando elementos da linguagem visual e gráfica (pensamento analógico, concreto, senso de proporção, espaço, volume, planos, textura, linha, cor, estrutura e composição), e do conhecimento sensível (emoção, percepção, imaginação, intuição e criação)."

"Art. 65-B - No caso de reforma das edificações fica obrigatória a manutenção da obra de arte existente. Havendo necessidade de retirá-la, deve-se proceder a sua reinstalação ou substituição por outra obra de arte, precedido de parecer do Conselho Municipal de Cultura.

Parágrafo Único: As edificações que não possuem obra de arte, quando da ocasião de sua reforma deverão se adequar a presente Lei, nos termos do artigo 65 A e seus parágrafos."

Tais acréscimos se fizeram necessários uma vez que o plano diretor elaborado na década de 90, não deixava claro quais seriam os aspectos considerados para eleger uma obra de arte. Tal lei foi um dos pilares que incentivaram a criação do Museu a Céu Aberto.

Criado oficialmente em 9 de maio de 2022 através da Lei ordinária 4.634, o Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú surge diante de um cenário de pós pandemia da Coronavírus (COVID-19), onde a arte em contexto urbano foi fortemente fomentada pela prefeitura como forma de qualificar os espaços públicos ao ar livre. Projetos de grafite e muralismo patrocinados através da Lei de Incentivo à Cultura, o movimento de arte urbana independente Open Street Galery, atuante na cidade desde 2019, e artistas que fizeram da cidade suporte para suas obras, assim

como, as esculturas e monumentos integrantes do cenário urbano, contribuíram de forma direta para viabilizar a criação do referido Museu.

Vinculado e mantido pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú, o Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú iniciou seu processo de implementação em dezembro de 2021, enfrentando diversos desafios teóricos e metodológicos. Documentar o desenvolvimento dessa instituição, que apresenta uma proposta inovadora no campo museológico da região, é de extrema importância para compreender como ela se alinha aos parâmetros, leis e normas estabelecidas.

O projeto de criação do museu, datado de dezembro de 2021, tem como objetivos a valorização da arte urbana, o fomento cultural e turístico, o despertar do sentimento de pertencimento e coesão social entre os moradores locais através da arte e suas iconografias, a preservação das obras de arte localizadas em espaços públicos e ocupação dos mesmos.

Segundo o site do Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú (2022, p. 2):

Mantido pela Fundação Cultural de Balneário Camboriú, o Museu a Céu Aberto nasce da idealização da cidade como um território para a livre criação, carregada de valores tradicionais, mas aberta à inovação. No cotidiano da cidade é perceptível as manifestações de arte em espaço urbano, tanto clássicas, como esculturas em mármore e bronze, quanto contemporâneas, como grandes pinturas murais e grafites.

Homologado pela lei nº 4.634 em 9 de maio de 2022, a instituição trabalha sobre o recorte temático das diversas formas existentes de arte no espaço urbano, buscando através de práticas museológicas democratizar o acesso à arte, educação e lazer, promovendo novas práticas simbólicas de uso dos espaços públicos, buscando romper barreiras espaciais de acesso à cultura e se tornando uma ferramenta de transformação social.

Segundo Novelletto (2021, p. 10) autora deste estudo e criadora do projeto Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú, “promover a união entre arte e cidade através de uma Museologia de território e tecnologia, talvez venha a ser a chave para ocupação do município de Balneário Camboriú em sua totalidade e esplendor, abarcando públicos que vão de turistas a comunidade local”.

Nos justifica ainda que:

Inaugurada em 2016, a passarela panorâmica é o principal meio de conexão entre a Barra Sul e o histórico bairro da Barra, teve suas laterais pintadas pelo artista Tom Veiga no ano de 2020, ao todo foram finalizados quatro painéis artísticos que abordavam iconografias que retratavam a atividade pesqueira, história e paisagem local. Concentrando funcionalidade, turismo, arte, arquitetura e representatividade, a passarela é

um símbolo de como a cidade e suas formas urbanas possuem um potencial de representatividade em diversas instâncias. Em um mundo globalizado que caminha cada vez mais para uniformização das culturas, fomentar a identidade local e seus recursos se faz altamente necessário. No caso do município, a conexão entre museologia de território e arte localizada em espaços públicos se mostra como a alternativa mais eficaz de preservação e distinção em meio ao constante processo de hibridização das identidades culturais (NOVELLETTO, 2021, p. 10).

Homologado pela Lei Nº 4.634, a qual “Institui o Museu a Céu Aberto, no âmbito do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providência”, onde destaca-se a seguir, para fins de estudo, os artigos 1º à 3º da referida Lei.

Art. 1º Fica instituído o Museu a Céu Aberto, no âmbito do Município de Balneário Camboriú, subordinado à Fundação Cultural de Balneário Camboriú, que obedecerá as finalidades, atribuições e organização previstas nesta Lei.

Art. 2º O Museu a Céu Aberto visa promover, preservar e fomentar as formas artísticas encontradas em meio ao contexto urbano do Município de Balneário Camboriú, com os seguintes objetivos:

I - Valorizar a arte em contexto urbano;

II - Preservar a documentação das obras de arte localizadas em espaços públicos;

III - Realizar ações culturais e educativas que envolvam temáticas em consonância com o acervo do Museu;

IV - Promover palestras e debates sobre temas da atualidade que contribuam para o desenvolvimento sociocultural do Município.

V - Fomentar atividades artístico-culturais que levem a ocupação dos espaços públicos;

VI - Impulsionar o Turismo Cultural no Município;

VII - Abordar a história do Município, por meio da arte urbana e suas iconografias, com o intuito de preservar a memória cultural da cidade; e

VIII - Promover sentimento de pertencimento dos cidadãos locais e nativos com o território do Município, usando a ligação museu x território x acervo.

§ 1º O Museu a Céu Aberto funcionará em formato híbrido, unindo museologia de território e tecnologia através da criação de um website.

§ 2º O Museu a Céu Aberto terá seu acervo aberto à visitação de acordo com as particularidades de cada obra.

Art. 3º A administração do Museu a Céu Aberto será de competência da Fundação Cultural de Balneário Camboriú.

A inauguração da instituição ocorreu no dia 14 de setembro de 2022, com um cerimonial aberto ao público, transmitido nas redes sociais da Fundação Cultural de

Balneário Camboriú. Com um acervo museológico formado por uma única coleção, denominada “LIC” composta por quatorze documentos nato-digitais de projetos oriundos da Lei de Incentivo à Cultura de Balneário Camboriú. Entre eles temos:

- Projeto Cores através da história: Mais de trinta anos de história do skate de Balneário Camboriú são retratados no muro do Skate Park da Barra Sul em uma linha do tempo dos anos 70 até os dias atuais. O grafite foi realizado pelos artistas Diego Diant, Luis Felipe Berejuk, Felipe Emanuel Podesta, PilacoUnder e Vetus Premium.

A seguir apresenta-se algumas imagens do Projeto Cores através da história.

Figura 1: Projeto Cores através da história



Fonte: Museu a Céu Aberto - Balneário Camboriú (2022)

Figura 2: Projeto Cores através da história



Fonte: Museu a Céu Aberto - Balneário Camboriú (2022)

- Projeto Grafite oficina CAIC: o projeto teve como objetivo fomentar a vocação educativa e social, explorando história, conceitos e vertentes do grafite, além de apresentar materiais e técnicas.

O Projeto Grafite oficina CAIC apresenta como resultado final uma produção audiovisual que está disponível no link https://culturabc.com.br/museu/colecao-lic/projeto-grafite-oficina-caic/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=3&source_list=collection&ref=%2F#gid=tainacan-item-document_id-10476&pid=1

- Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte: o projeto teve como resultado um Graffiti realizado na praça do Bíblia.

A seguir apresenta-se algumas imagens do Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte.

Figura 3: Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte.



Fonte: Museu a Céu Aberto - Balneário Camboriú (2022)

Figura 4: Projeto II Mostra Camaleoa - Mulheres Fazendo Arte.



Fonte: Museu a Céu Aberto - Balneário Camboriú (2022)

- Projeto Grafite nas escolas: visava proporcionar experiências no campo artístico do Grafitti aos alunos da rede pública de ensino fundamental, com o propósito de disseminar a técnica e despertar novos talentos entre as crianças e adolescentes.

A seguir apresenta-se uma imagem do Projeto Grafite nas escolas. O projeto também resultou em uma produção audiovisual disponível no link: https://culturabc.com.br/museu/colecao-lic/projeto-grafite-nas-escolas/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=2&source_list=collection&ref=%2F.

Figura 5: Projeto Grafite nas escolas



Fonte: Museu a Céu Aberto - Balneário Camboriú (2022)

Ainda neste primeiro momento da instituição (implementação) foi criado o **Acervo documental**: "Nesta coleção, estão disponibilizados os documentos digitais pertinentes ao desenvolvimento, fomento e documentação de arte em contexto urbano na cidade de Balneário Camboriú." Esse acervo conta com as seguintes obras: "Projeto: Bolas da Copa do Mundo"; "Projeto: Sentidos da arte"; "Projeto: Museu a Céu Aberto"; "Projeto: Justiça"; "Projeto: Jardim dos Lírios"; "Caderno 01.

Janelas da Memória”; “Obras De Arte Em Locais Públicos”; “Apêndice 01- Caderno de Pesquisa e Investigação Histórica Janelas da Memória”; “Estudo para fachada do Hotel Bhally”; “Projeto de Pintura no Centro Integrado de Cultura (CIC)” (MUSEU A CÉU ABERTO, 2022).

Optou-se pela utilização do sistema de documentação online Tainacan para hospedar as categorias de acervo da instituição, visto que ele é composto por documentos nato-digitais relacionados ao desenvolvimento da arte urbana no município. A criação dos métodos de descrição dos documentos foi desenvolvida com base em um levantamento de informações considerados importante para a tipologia do material apresentado.

Enquanto a coleção “**Balneário Camboriú - Cultura e Arte**” foi criada em dezembro de 2022, sob a justificativa “Na presente coleção, pode-se ver a beleza da arte e cultura na cidade de Balneário Camboriú através de conteúdo audiovisual disponibilizado na internet e divulgado pelos próprios artistas”.Esse acervo apresenta as seguintes obras: “Painel Urbano- ‘Jardim de Girassois’- Estrada da Rainha”; “Grafite transforma Bairro da Barra em galeria de arte a céu aberto”; “Projeto Colorindo BCcity”; “O inverno nunca falha em se tornar primavera”; “Obra Complexo Cultural Júlio Batschauer Filho” (MUSEU A CÉU ABERTO, 2022).

Uma vez que a instituição não possui espaço físico formal, um website é a principal ferramenta de comunicação com o público, este recurso digital facilita a divulgação de suas atividades e iniciativas, permitindo a conexão com a comunidade.

A seguir traz-se a transcrição da Missão, Visão e Valores do Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú, também descritos no site do mesmo.

- Missão: Promover a qualificação e ocupação dos espaços públicos de forma dinâmica, buscando quebrar barreiras espaciais, reforçando as relações sociais entre os indivíduos e a cidade.
- Visão: Preservar, documentar e sistematizar a produção cultural e artística urbana, sendo um agente de democratização do acesso à cultura.
- Valores: Preservar, documentar e sistematizar a produção cultural e artística urbana, sendo um agente de democratização do acesso à cultura.

O Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú delinea claramente sua Missão, Visão e Valores, os quais refletem seu compromisso com a promoção e

valorização da arte urbana, bem como seu papel na dinamização dos espaços públicos.

A Missão do museu destaca a importância de qualificar e ocupar esses espaços de maneira dinâmica, com o objetivo de romper barreiras espaciais e fortalecer as relações sociais entre os indivíduos e a cidade. Esta abordagem enfatiza a necessidade de integrar a arte no cotidiano urbano, promovendo a interação e o pertencimento comunitário. A visão do museu aponta para a preservação, documentação e sistematização da produção cultural e artística urbana, posicionando-se como um agente de democratização do acesso à cultura. Este objetivo é crucial para assegurar que a arte urbana, frequentemente efêmera e marginalizada, seja reconhecida e valorizada como parte integral do patrimônio cultural da cidade. Os valores do museu, por sua vez, sublinham a valorização da arte urbana, a acessibilidade universal, a diversidade cultural e a inovação nas ações culturais e educativas. Além disso, o compromisso com a comunidade local e a transparência entre usuários, colaboradores e gestores são princípios fundamentais que orientam suas atividades. Esses valores são essenciais para garantir a relevância e a sustentabilidade das iniciativas do museu, promovendo uma cultura inclusiva e participativa.

Assim, a Missão, Visão e Valores do Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú não só definem suas diretrizes estratégicas, mas também refletem um profundo compromisso com a democratização da cultura, a inclusão social e a inovação, consolidando sua posição como um importante agente cultural na região.

Através de atividades itinerantes pela cidade, o museu trabalha sobre o recorte temático de arte em contexto urbano, reforçando seu papel como um agente de democratização cultural que busca romper barreiras espaciais (CHAGAS; PIRES, 2014).

A instituição se destaca como a primeira do Estado a adotar esse recorte temático, abrangendo tanto manifestações de arte efêmera, como grafite e muralismo, quanto formas mais clássicas, incluindo estátuas, monumentos e esculturas. Concebendo o espaço urbano como um local propício para a livre criação, a instituição promove o desenvolvimento sociocultural, estabelecendo zonas de contato entre arte, cultura, educação, lazer e sociedade. Dessa forma, contribui para a integração desses elementos no cotidiano urbano, fortalecendo o vínculo entre a comunidade e seu ambiente cultural.

Iniciativas próximas a esta podem ser observadas em outros locais como o caso do Museum for UrbanContemporaryArt, fundado em 2017 pela Fundação Berliner Leben, em Berlin, na Alemanha. Integrando os princípios do museu tradicional com a museologia de território. A instituição dispõe de um espaço físico onde proporciona aos visitantes uma experiência híbrida, combinando exposições mutáveis de arte contemporânea com visitas mediadas pelo meio urbano, promovendo uma interação didática do público com a arte do grafite. O museu também abriga uma vasta coleção de obras de artistas renomados e emergentes, servindo como um ponto de referência para a documentação e preservação da arte urbana. Além de atender ao grande público, o museu dedica-se ao desenvolvimento dos artistas, oferecendo bolsas de estudo, ateliês de criação, programas de residências artísticas e redes de conexão para profissionais da área. Estas iniciativas não apenas incentivam a produção artística, mas também fomentam o intercâmbio cultural e a colaboração entre artistas locais e internacionais, consolidando o museu como um centro vital de inovação e criatividade no campo da arte urbana contemporânea.

A cidade de Fanzara, localizada na Espanha, o Museu Inacabado de Arte Urbana (MIAU) surgiu de um projeto com o intuito de fomentar a convivência entre os poucos habitantes do município, que, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, contava com apenas 276 moradores em 2018. O projeto rapidamente se transformou em uma experiência coletiva de convivência, colaboração e intercâmbio recíproco de aprendizado entre artistas, moradores, voluntários e organizadores, tudo através da arte urbana (MIAU, 2021). Esta iniciativa não apenas revitalizou o espaço urbano, mas também atraiu visitantes de diversas partes do mundo, promovendo um turismo cultural sustentável. Além das exposições permanentes e temporárias, o MIAU organiza eventos anuais, como festivais de arte urbana, workshops e residências artísticas, que incentivam a participação ativa da comunidade e o intercâmbio cultural. O museu também se destaca por seu modelo de gestão colaborativa, envolvendo diretamente os moradores na tomada de decisões e na execução dos projetos, reforçando o senso de pertencimento e identidade local.

No Brasil, o Museu de Arte de Rua (MAR) de São Paulo, fundado em 2017 pela Secretaria Municipal de Cultura, é uma iniciativa que busca integrar a arte urbana ao cotidiano da cidade, transformando espaços públicos em galerias a céu

aberto. O MAR promove a valorização e preservação das manifestações artísticas urbanas por meio de murais, intervenções artísticas e eventos anuais que revitalizam áreas urbanas e fortalecem o cenário cultural paulistano. A curadoria do MAR seleciona tanto artistas renomados quanto emergentes, assegurando uma diversidade de estilos e temáticas que refletem a rica tapeçaria social e cultural da cidade. Além das exposições, o MAR organiza oficinas e programas de formação que incentivam a profissionalização dos artistas urbanos.

Dois anos após a criação da referida instituição, buscamos de modo pontual explicar como se deu seu desenvolvimento ao longo do tempo. Desse modo, traz-se aqui a transcrição do questionário respondido por Lilian Fernanda Martins Camargo, Diretora de Artes da Fundação Cultural de Balneário Camboriú. O mesmo se encontra em anexo ao estudo apresentado.

Na primeira pergunta, buscou-se analisar quantas obras de arte urbana foram mapeadas pela instituição. O museu disponibiliza em seu website um mapa digital dividido em duas categorias: Efemeridades e Clássico no Urbano, incluindo a localização e catalogação das obras. Os resultados indicaram que 315 obras estão atualmente mapeadas. Em sua inauguração, o mapeamento contava com aproximadamente 200 obras, o que demonstra um aumento expressivo no número de obras catalogadas pelo museu e na produção artística da cidade.

A segunda pergunta analisou quais foram as atividades culturais e educativas desenvolvidas nos últimos dois anos. Como resposta, traz-se a transcrição na íntegra do que foi respondido no questionário:

Nestes dois anos, foram realizadas diversas ações, entre elas: formação de professores em arte contemporânea; ciclo de palestras sobre conscientização das artes urbanas nas escolas; diagnóstico de estado de conservação das obras; apresentação do museu no seminário "Direito à memória dos Povos Originários", do Museu Nacional de Imigração e Colonização, de Joinville.

É de destaque que o projeto de criação do Museu apresentado em 2021, trazia no item "6.2) Ações culturais e educativas realizadas em paralelo ao cronograma de implementação formal do museu:"

- Oficinas de grafite, lambe, escultura
- Cine rua / Street Cine (achar uma parede para grafitar uma TV)

- Hortas verticais
- Festival de arte urbana
- Realização do documentário sobre arte urbana em Balneário Camboriú
- QR nas obras linkando com informações sobre a obra e o artista
- Esculturas como "pokémons" a serem caçadas
- Criação de percursos temáticos áudio guiados através de podcast. Ex: Egito, artes plásticas, grafite no Brasil, arquitetura da cidade.

Tais ações não vieram a ser cumpridas durante o período de implementação da instituição, nem após sua criação legal.

Nas três perguntas seguintes, analisou-se pontos atrelados ao item “6.1) Cronograma de implementação:”

1. Estruturação de ordens práticas e equipe
 2. Criação legal do museu
 3. Levantamento das obras de arte presentes em edificações ou integrantes dos espaços urbanos passíveis de musealização
 4. Criação de uma política de aquisição e descarte de acervo
 5. Documentação das obras
 6. Formação dos amigos do museu, grupo composto por artistas com obras presentes no acervo e entusiastas
 7. Desenvolvimento do plano museológico
 8. Desenvolvimento do projeto referente as instalações físicas do museu
 9. Instalação física do museu e seus setores.
- Todas as ações previstas possuem desdobramentos internos e externos que serão apresentados em um plano de trabalho.

Na terceira pergunta, o objetivo foi analisar se existe uma política de aquisição e descarte de acervo, onde observou-se em resposta que:

Em função da instituição ainda não ter seu quadro funcional técnico composto, não é possível formalizar uma política de aquisição e descarte isolada de um planejamento estratégico integral, conforme o que preconiza a Lei 11904/2009 e o Decreto Nº 8124/2013. É o Plano Museológico que irá definir os seus programas e políticas, e a contratação dos profissionais se dá através de concurso público. Atualmente, é tão somente realizada a inserção de obras no mapeamento é aprovada por uma comissão interna, formada por servidores: Designer Gráfico, Conservador e Restaurador de Bens Culturais, Analista Administrativo e Arquiteto.

Verificou-se ainda através do questionário aplicado a composição do quadro funcional da instituição, sendo ele:

01 Analista Administrativo; 01 Designer gráfico; 01 Conservador e Restaurador de Bens Culturais; 01 Arquiteto (concurso 2023); 01 Historiador (concurso 2023 - em contratação); 01 Educador

(profissional readaptado cedido pela Secretaria de Educação); 01 Museólogo (concurso de 2023 não houve profissionais habilitados, a contratação deverá ser realizada posteriormente); 01 Estagiário de História; 01 Estagiário de Áudio Visual.

No artigo 5º, a Lei de criação da instituição aponta que a equipe técnica e auxiliar regulamentará as atividades, normas de funcionamento, segurança, regimento interno, formação, manutenção e registro do acervo, sob a supervisão da direção do Museu. Ficando a cargo dos mesmos:

I - diagnóstico completo da instituição levando em conta os aspectos socioculturais, políticos, técnicos, administrativos e econômicos pertinentes à atuação do Museu;

II - criação do Plano Museológico enquanto ferramenta administrativa fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação do Museu na sociedade; e

III - criação de programas de gestão institucionais, tais como gestão pessoal, gestão de risco de acervo musealizado, arquitetura e segurança, programas educativos, financiamento e fomento, comunicação, todos em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Museus, instituída pela Secretaria Especial da Cultura do Governo Federal.

Na quinta pergunta, analisou-se que o Museu a Céu Aberto de Balneário Camboriú ainda não possui plano museológico, pois o mesmo aguarda a composição integral de seu quadro funcional, dependendo de concurso público para contratação de um profissional com formação em Museologia.

Já na sexta pergunta, indagou-se qual o impacto causado pela instituição no cenário cultural da cidade, dois anos após a sua criação. Observou-se como resposta que:

Através do Edital de Credenciamento de Serviços Artísticos e Culturais, espaços públicos de Balneário Camboriú estão recebendo murais artísticos e integrados ao acervo do MCA, como o Viaduto da Quarta Avenida, os túneis de acesso à cidade e diversas fachadas de instituições públicas. Ainda realiza ações como palestras, formações e diagnósticos de conservação.

Na sétima pergunta, observou-se que os seus fundos e orçamento são oriundos da Fundação Cultural de Balneário Camboriú, de forma que a instituição não possui orçamento anual próprio para a realização de suas ações.

A oitava pergunta e última, questionou-se se o Museu a Céu Aberto se encontra cadastrado junto ao Sistema Estadual de Museus - SEM/SC e Cadastro Nacional de Museus – CNM, onde observou-se que no Sistema Estadual de Museus sim, já o Cadastro Nacional de Museus (CNM) encontra-se em andamento, indo em consonância com o Art. 8º da lei de criação “Depois de legalmente organizada, a instituição deve ser registrada nos órgãos competentes responsáveis pelo acompanhamento e supervisão dos museus públicos, privados e de natureza mista.”

Através do capítulo apresentado, é possível obter um breve panorama referente à base histórica que permeou a criação da referida instituição, junto ao seu contexto social e viés cultural. A análise das ações desenvolvidas durante os últimos dois anos evidencia uma trajetória marcada por um compromisso com o mapeamento de arte pública e valorização do patrimônio. Foram pontuadas questões relacionadas ao acervo, destacando a ausência de uma política clara, à gestão, que revela desafios de uma administração eficiente, e às ações culturais e educativas, que vem buscando engajar a comunidade e promover a democratização do acesso à arte e à cultura. A instituição, portanto, não apenas reflete uma herança cultural significativa, mas também se afirma como um agente ativo na transformação social e no fortalecimento do tecido cultural da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo elaborado teve como objetivo estabelecer um relato estruturado sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto - MCA em Balneário Camboriú, apresentado como um museu de território, com acervo nato-digital voltado para artes visuais. Destaca-se, portanto, a importância dessa pesquisa para aprofundar a compreensão e análise do processo de fundação e desenvolvimento da instituição. Ao abordar seu contexto histórico, evolução e os avanços alcançados nos últimos anos, o estudo oferece uma análise sobre as diretrizes de gestão da instituição.

Diante do conteúdo apresentado, observa-se um crescente aumento no mapeamento de obras, incluindo algumas com dados recentes de execução referentes a 2023 e 2024. Esse mapeamento constitui uma rica fonte de informações sobre a produção de arte pública na cidade. A análise dos filtros disponibilizados revela uma maior concentração de obras de graffiti no centro da cidade. Em contraste, o mapeamento de esculturas e monumentos não apresenta filtros específicos, resultando em um déficit informacional.

Para a gestão eficaz do Museu, é crucial avançar além da definição da Missão, Visão e Valores, abraçando o desenvolvimento de um plano museológico. Sendo o principal instrumento para o planejamento e a gestão do museu, definindo a abrangência e estabelecendo as formas de atuação dos diferentes programas institucionais. Por meio deste plano, será possível definir prioridades, indicar os caminhos a serem tomados, acompanhar as ações e avaliar o cumprimento dos objetivos. Ele tem por objetivo sistematizar as ações administrativas, técnicas e políticas, tanto no âmbito interno quanto na atuação externa da instituição. Representando uma ferramenta estratégica essencial para os museus brasileiros, alinhando de maneira coerente e estruturada seus programas, projetos e ações, promovendo uma gestão mais eficiente e integrada. No entanto, sua eficácia depende da gestão competente do quadro funcional da instituição, que, apesar de seu potencial valor, aparenta ser gerido de forma ineficiente.

No que tange o acervo inicialmente apresentado como de cunho museológico, com a última inserção de obras datadas em abril de 2022, notou-se a subtração de sua nomenclatura “Acervo museológico” no site da instituição. Além de não ser identificado nenhuma nova aquisição de acervo. Enquanto a nova coleção criada

sobre a nomenclatura “Balneário Camboriú - Cultura e Arte”, confunde-se em finalidade, com acervo de cunho documental, uma vez que os dois tratam de documentos digitais pertinentes ao desenvolvimento, fomento e documentação de arte em contexto urbano, diferindo-se apenas no formato da documentação apresentada (audiovisual e PDFs).

A ausência de uma política clara de aquisição e descarte de acervo levanta questionamentos sobre a gestão e a formação das coleções de caráter museológico, arquivístico e bibliográfico. Essa política é essencial para definir ações de coleta e aquisição, documentação (identificação e catalogação), movimentação, guarda, preservação-conservação e comunicação das coleções. Deve estabelecer não apenas as regras para diferentes usos da coleção (pesquisa, estudo, empréstimos, exposições, etc.), mas também as formas de aquisição e descarte de itens. Implementar tal política é crucial para manter a relevância e a integridade cultural da instituição, garantindo que a expansão da coleção seja estratégica e alinhada aos objetivos e à missão do museu, além de promover uma gestão responsável dos recursos disponíveis.

A contratação de um profissional de museologia, se apresenta como a principal dificuldade para o desenvolvimento da criação de programas práticos de gestão. Podemos considerar que atualmente existe uma imensa gama de cursos de capacitação e assessoramento ofertados pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), que oferecem orientações técnicas e capacitação para profissionais na elaboração desses planos. Além do curso “Plano Museológico: Planejamento Estratégico para Museus” ofertado de forma gratuita na plataforma Escola Virtual do Governo Federal do Brasil. Opções que não invalidam a necessidade de um profissional da área de Museologia atuando na instituição, mas possibilitam uma melhor gestão.

Por fim, é inegável o imenso potencial do Museu a Céu Aberto enquanto zona de contato entre Museologia, território e sociedade. Devendo funcionar sempre a serviço da sociedade civil que os cerca, visando ser uma ferramenta de valorização e coesão entre espaços, manifestações artísticas, memórias e identidades. Mas o mesmo carece de uma melhor capacitação de seu quadro técnico, junto a um olhar atento aos movimentos que ocupam os espaços públicos e integram o cenário de arte urbana da cidade, buscando assim, cumprir seu papel social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Taís Aragão De. **Arte urbana: pixação, grafite e ciberespaço**. 2018. Disponível em https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24346/1/2018_TaisAragaoDeAlmeida_tcc.pdf. Acesso em 5 jun. 2024.

BRASIL. Decreto Nº 2.807/1998. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e dá outras providências**. 21 de outubro de 1998. Brasília/DF, 1998.

BRASIL. Decreto Nº 5264/2004. **Institui o Sistema Brasileiro de Museus e dá outras providências**. 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5264.htm. Acesso em 18 maio 2024.

BRASIL. Decreto Nº 91.775/1985. **Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1985/d91775.html. Acesso em 6 maio 2024.

BRASIL. LEI Nº 378/1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/l0378.htm#:~:text=Fica%20creado%20o%20Servi%C3%A7o%20do,patrimonio%20historico%20e%20art%C3%ADstico%20nacional. Acesso em 2 maio 2024.

BRASIL. LEI Nº 11.904/2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. 2009. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em 3 maio 2024.

BRASIL. LEI Nº 11.906/2009. **Cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências**. 2009. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11906.htm. Acesso em 3 maio 2024.

CÂMARA DE VEREADORES DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Projeto de Lei Ordinária N.º 83/1993**. 1993. Disponível em <https://www.balneariocamboriu.sc.leg.br/proposicoes/Projetos-de-Leis-ordinarias/1993/1/380/869>. Acesso em 17 maio 2024.

CHAGAS, Mário de Souza; NASCIMENTO JUNIOR, José do (organizadores). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009. 40p.

CHAGAS, Mário de Souza; PIRES, Wladimir Sibylla. **Território, museu e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade**. – Rio de Janeiro: UNIRIO; Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2018. 308 p.; 23 cm. – (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

CURY, Marília Xavier. **Museologia e conhecimento, conhecimento museológico – Uma perspectiva dentre muitas**. 2014. Disponível em <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/download/15470/13768/>. Acesso em 7 maio 2024.

DECRETO Nº 5060/2008. **Aprova O Regulamento Da Biblioteca Pública Municipal "Machado De Assis", E Dá Outras Providências**. 2008. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2008/506/5060/decreto-n-5060-2008-aprova-o-regulamento-da-biblioteca-publica-municipal-machado-de-assis-e-da-outras-providencias>. Acesso em 8 maio 2024.

DECRETO Nº 8826/2018. **Aprova o Regimento Interno do Teatro Municipal Bruno Nitz, e dá outras providências**. 2018. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/decreto/2018/883/8826/decreto-n-8826-2018-aprova-o-regimento-interno-do-teatro-municipal-bruno-nitz-e-da-outras-providencias>. Acesso em 15 maio 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Inaugurado o primeiro Ponto de Memória de Balneário Camboriú**. 2016. Disponível em <https://culturabc.com.br/2016/03/21/inaugurado-o-primeiro-ponto-de-memoria-de-balneario-camboriu/>. Acesso em 15 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS – IBRAM. **Política Nacional de Museus**. 2022. Disponível em <https://www.gov.br/museus/pt-br/assuntos/politicas-do-setor-museal/politica-nacional-de-museus>. Acesso em 10 maio 2024.

LEI Nº 2.397/2004. **Cria a fundação cultural de Balneário Camboriú, e dá outras providências**. 2004. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2004/240/2397/lei-ordinaria-n-2397-2004-cria-a-fundacao-cultural-de-balneario-camboriu-e-da-outras-providencias>. Acesso em 10 maio 2024.

LEI Nº 2.524/2005. **Acrescenta dispositivos a lei municipal Nº 1.677/97, que trata do plano diretor do município de Balneário Camboriú, e dá outras providências**. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2005/253/2524/lei-ordinaria-n-2524-2005-acrescenta>

dispositivos-a-lei-municipal-n-1677-97-que-trata-do-plano-diretor-do-municipio-de-balneario-camboriu-e-da-outras-providencias. Acesso em 8 jun. 2024.

LEI Nº 4.634/2022. **Institui o Museu a Céu Aberto, no âmbito do Município de Balneário Camboriú, e dá outras providências.** 2022. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/balneario-camboriu/lei-ordinaria/2022/464/4634/lei-ordinaria-n-4634-2022-institui-o-museu-a-ceu-aberto-no-ambito-do-municipio-de-balneario-camboriu-e-da-outras-providencias>. Acesso em 9 jun. 2024.

LEI ORGÂNICA. **Lei Orgânica Do Município De Balneário Camboriú/SC.** 1990. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-balneario-camboriu-sc>. Acesso em 6 maio 2024.

LOPES, Fernanda G. de Camargo; NOREMATI, Frederico A. Muraca. **A Importância dos Museus para a preservação da Cultura.** 2020. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5445069/mod_resource/content/0/import%C3%A2ncia_museus_preserva%C3%A7%C3%A3o_cultura_lopes_norematti.pdf. Acesso em 3 maio 2024.

MELO, Laís. **IPHAN: entenda sua história, importância e atividades!** 2020. Disponível em <https://www.politize.com.br/iphan/>. Acesso em 4 maio 2024.

MUSEU A CÉU ABERTO. **Coleção LIC: Balneário Camboriú.** 2022. Disponível em https://culturabc.com.br/museu/colecaoic/?view_mode=cards&perpage=12&order=ASC&orderby=date&fetch_only_meta=&paged=1&fetch_only=thumbnail%2Ccreation_date%2Ctitle%2Cdescription. Acesso em 8 jun. 2024.

MUSEU A CÉU ABERTO. **Histórico.** 2022. Disponível em <https://culturabc.com.br/museu/historico-2/>. Acesso em 10 jun. 2024.

MUSEU A CÉU ABERTO. **Missão, visão e valores.** 2022. Disponível em <https://culturabc.com.br/museu/missao-visao-e-valores/>. Acesso em 10 jun. 2024.

NOVELLETTO, Leticia. **Museu à céu aberto: projeto.** 2021. Disponível em https://culturabc.com.br/museu/rascunho-de-documentos/museu-municipal-de-arte-urbana/?perpage=12&order=ASC&orderby=date&pos=2&source_list=collection&ref=%2F. Acesso em 9 jun. 2024.

PAPALI, Frederico; et al. **Um pouco da história do graffiti e da pichação no Brasil.** 2017. Disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1489079130_ARQUIVO_UmpoucodahistoriadograffitiedapichacaonoBrasil.pdf. Acesso em 6 jun. 2024.

PORTELINHA; Miguel de Almeida. **Arte urbana: estratégias, contextos e técnicas.** 2013. CreativeUniversity.

PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Biblioteca Machado de Assis comemora 53 anos com live nesta sexta-feira.** 2021. Disponível em https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=30951. Acesso em 12 maio 2024.

PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Minidoc sobre o Arquivo Histórico de Balneário Camboriú será lançado nesta terça-feira.** 2021. Disponível em https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=30298. Acesso em 22 maio 2024.

PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Nova sede da Galeria Municipal de Arte vai ampliar o espaço destinado à cultura em Balneário Camboriú.** 2013. Disponível em https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=10456. Acesso em 12 maio 2024.

PREFEITURA BALNEÁRIO CAMBORIÚ. **Teatro Municipal Bruno Nitz completa uma década em março.** 2024. Disponível em https://www.bc.sc.gov.br/imprensa_detalhe.cfm?codigo=36900. Acesso em 8 maio 2024.

REZENDE, Maria Beatriz; et al. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) 1970-1979 e 1994.** 2014. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/55/instituto-do-patrimonio-historico-e-artistico-nacional-iphan-1970-1979-e-1994>. Acesso em 3 maio 2024.

RINK, Anita. **Graffiti: intervenção urbana e arte.** 1.ed. Curitiba: Appris, 2015. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=biA0DwAAQBAJ&lpg=PT10&ots=1FCmkC9kLr&dq=graffiti%20no%20brasil&lr&hl=pt-BR&pg=PT28#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 5 jun. 2024.

SILVA, Marcela Virginia Thimoteo da. **Do SPHAN ao IBRAM: subsídios para compreender a produção documental dos museus do instituto brasileiro de museus (IBRAM).** Revista Eletrônica Ventilando Acervos, v. 3, n. 1, p. 60-75, nov. 2015.

SCHLICKMANN, Mariana. **Do Arraial do Bonsucesso a Balneário Camboriú: mais de 50 anos de história.** / Mariana Schlickmann. Balneário Camboriú : Fundação Cultural de Balneário Camboriú, 2016.

SCHLICKMANN, Mariana. **Os sentidos do patrimônio: história oral, edificações e modos de viver no Bairro da Barra/Balneário Camboriú – SC.** FACES DA HISTÓRIA, Assis-SP, v.6, no1, p.141-161, jan.-jun., 2019.

ANEXOS

QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL SANTA CATARINA | UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS | CFH
Coordenadoria Especial de Museologia
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso Semestre: 2024|1
Orientadora: Luciana Silveira
Aluna: Letícia Novelletto

O presente questionário tem como objetivo coletar dados para o trabalho de conclusão de curso da graduanda em museologia Letícia Novelletto. Para tanto, esse estudo apresenta como objetivo geral, estabelecer um relato estruturado sobre o processo de criação e implementação do Museu a Céu Aberto - MCA localizado em Balneário Camboriú. Já como objetivos específicos: um acompanhamento seu processo de regulamentação e enquadramento diante das legislações e normas aplicadas a museus; desenvolvendo um diagnóstico global sobre o instituição, norteando um possível plano museológico.

1. Atualmente quantas obras de arte urbana estão mapeadas pela instituição?
2. Quais foram as atividades culturais e educativas desenvolvidas nos últimos dois anos?
3. Existe uma política de aquisição e descarte de acervo?
4. Qual a composição do quadro funcional da instituição?
5. O Museu possui plano museológico?
6. Após dois anos de criação, qual o impacto causado pela instituição no cenário cultural da cidade?
7. A instituição possui orçamento próprio?
8. Atualmente o Museu a Céu Aberto encontra-se cadastrado junto ao Sistema Estadual de Museus - SEM/SC e Cadastro Nacional de Museus – CNM?

Atenciosamente
Letícia Novelletto

ANEXO 2

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE BALNEÁRIO
CAMBORIÚ LETÍCIA NOVELLETO**

**“Museu a Céu Aberto”
PROJETO**

Balneário Camboriú

2021

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1. Apresentação..... | 2 |
| 2. Justificativa..... | 2 |
| 3. Objetivos..... | 11 |
| 4. Meta..... | 11 |
| 5. Dados específicos..... | 11 |
| 6. Cronograma de implementação..... | 11 |
| 6.1 Ações culturais e educativas realizadas em paralelo ao cronograma de implementação..... | 12 |
| 7. Monitoramento e avaliação das ações..... | 12 |
| 8. Recursos financeiros..... | 13 |
| 9. Bibliografia..... | 13 |
| 10. Sitografia..... | 14 |

1) Apresentação:

O projeto a seguir foi desenvolvido no esfera institucional da Fundação Cultural de Balneário Camboriú - FCBC, pela estagiária Letícia Novelletto, graduanda do curso de museologia da Universidade Federal de Santa Catarina, localizado no Campus Reitor João David Ferreira Lima, Bairro Trindade, na cidade de Florianópolis.

Conhecida como a capital catarinense do turismo ou maravilha do Atlântico Sul, Balneário Camboriú é referência como destino de férias entre brasileiros e estrangeiros, sendo um dos principais pólos turísticos do país. São constantes os investimentos na infraestrutura da cidade e ações de desenvolvimento social, no âmbito cultural, educacional, urbanístico e econômico, a fim de oferecer um ambiente seguro, inclusivo e agradável para turistas e residentes do município.

Dentro deste cenário na rua 300, região central da cidade, está localizada a Fundação Cultural de Balneário Camboriú, criada pela Lei Municipal nº 2.397, de 12 de novembro de 2004, desde sua criação vem atuando no desenvolvimento de políticas públicas e ações de fomento cultural, além de administrar ações de preservação do patrimônio histórico, documental e cultural da cidade. Atualmente a FCBC tem sob sua gestão os seguintes equipamentos culturais: Teatro Bruno Nitz, Galeria Municipal de Arte, Arquivo Histórico, Biblioteca Pública Municipal Machado de Assis, Atelier Casa Linhares, Vila do Artesanato, Conselho Municipal de Política Cultural, Câmaras Setoriais.

Exercendo assim, um importante papel na consolidação de atrativos culturais que impactam de forma direta no turismo e economia da cidade, envolvendo ações de desenvolvimento sociocultural.

2) Justificativa:

No início do século XX os movimentos de vanguarda passaram a questionar o conceito de arte imposto pelas elites culturais europeias, rompendo com os princípios tradicionais da arte e seus cânones. Tal movimento foi precursor para novas formas de expressão artísticas, e inicialmente refutada pelos ditos lugares de consagração da arte, como museus, galerias e escolas de arte. Esta movimentação levou a ocupação de novos espaços, em especial locais públicos ou de livre acesso

para todos, diferente das instituições formais de arte onde havia restrições pautadas na cor, classe e status artístico.

O muralismo mexicano é um dos movimentos de vanguarda que marcam a América Latina, lutando por uma modernidade nos ideais de arte impostos a partir da ótica europeia e buscando a formação de uma identidade nacional no campo das artes visuais. Estruturado após a Revolução Mexicana e reforçado pela grande depressão da primeira guerra mundial, o movimento era constituído por um grupo de intelectuais e pintores, que tinham como pauta questões políticas da época. O muralismo se caracterizou pela execução de grandes pinturasmurais na parte interna e externa de edifícios públicos, sobre temas populares e propagandasnacionalistas, assumindo uma função além de decorativa, didática, e de certa forma, alusiva aos mesmos métodos adotados pelas igrejas católicas no período da idade média e renascimento. Usando de pinturas como meio de comunicação visual sobre as classes mais baixas, que tinham menos acesso à educação e conseqüentemente a informação.

Com base na história da arte ocidental, o muralismo se mostra como a primeira grande manifestação de arte realizada no espaço público urbano da América Latina. Em um salto temporal e continental, aterrizamos na década de 1960, onde manifestações do movimento estudantil francês dão base para os primeiros traços do que viria ser o grafite. Se estendendo rapidamente para as Américas, nos Estados Unidos, o grafite se encontrou entre um dos quatro pilares do movimento de Hip-hop, que dominou as ruas do Brooklyn e Bronx em Nova York, usando do mesmo como forma de demarcação de territórios, através de simbologias e palavras, que atuavam também como forma de resistência, comunicação e visibilidade para as constantes situações de conflito entre moradores, policiais e gangues locais. Em paralelo ao grafite, existe o movimento de pichação, que advém da escrita, tendo como base mensagens de cunho político ou como forma de assinatura da atuação e/ou passagem de um indivíduo por determinado território. O grafite utiliza de uma linguagem urbana que caracteriza-se pela qualidade técnica, apresentação de iconografias, envolvendo planejamento detalhado e desenhos mais elaborados, feitos com estêncil ou a mão livre, com cores vibrantes que buscam destaque na formação cinzenta das cidades (LARA, 1996). Lazzarin comenta esta relação:

“O senso comum costuma confundir pichação com grafite. A primeira,

entretanto, parece permanecer em um nível de confrontação violenta e provocação da autoridade, sem qualquer pretensão artística. Insere-se em uma espécie de jogo, com dois desafios a serem vencidos, um interno e outro externo ao grupo dos pichadores: deixar sua marca no lugar de mais difícil acesso – seja pela topografia, seja pela vigilância ou proibição de acesso – e não ser pego pela polícia ou vigilância. Quem vencer esses desafios é respeitado e legitimado como participante do grupo” (LAZZARIN, 2007, p. 71).

Nos anos 1950, edifícios com fachadas pintadas retratando a história e a arte brasileira, apontavam os primeiros aspectos do que viria a ser o grafite no país, já a pichação passou a ser usada pelos movimentos estudantis e ganhou força durante os anos de ditadura no Brasil, mostrando a insatisfação da sociedade civil com o governo militar vigente entre 1964 a 1985.

A chegada oficial do grafite no Brasil aconteceu ao final dos anos 1970, na cidade de São Paulo, dentre os artistas pioneiros destaca-se Alex Vallauri, um etíope radicado brasileiro. Aos poucos outros artistas aderiram ao grafite como forma de linguagem artística, com iconografias que assumem uma postura crítica com relação a situações cotidianas e políticas da sociedade paulistana. Com o passar dos anos o grafite se expandiu por todo o território brasileiro, segundo Lilian Martins, atual diretora de Artes da FCBC o mesmo chegou de forma despreziosa durante os anos 1990 na cidade de Balneário Camboriú.

As primeiras intervenções na cidade aconteceram através de pinturas anamórficas, pintadas nos tapumes dos edifícios Maison de Ville e Leonardo da Vinci que na época se encontravam em construção, Lilian que foi responsável pelas pinturas conta que na época ainda surgiu com a intenção de trazer mais cor e vida, nos grandes tapumes que se destacam nas ruas por sua aparência desgastada. Na chegada dos anos 2000, um projeto promovido através da Secretaria de Educação da cidade, que envolveu artistas locais, arte-educadores e alunos da rede municipal, realizou a pintura de postes de luz da quinta avenida. Oficialmente nos anos 2000, o então departamento de cultura de Balneário Camboriú promoveu ações de intervenção através do movimento chamado 'Cidade Cor – Intervenções Artísticas em Tapumes', oportunizando a pintura e qualificação da paisagem urbana da cidade. O movimento ganhou destaque chamando a atenção da Universidade do Vale do Itajaí -Univali, que realizou o concurso “Muro da Arte da Univali”.

Diferente de outros locais do globo, o grafite chega ao município como forma de promover a arte no contexto urbano, desconexo do teor político de protesto que carregava até então. No ano de 2013, quatro projetos sociais com diferentes

desenvolturas propostas por artistas plásticos especializados em grafite foram contemplados pelo edital anual da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, a viabilização desses projetos abriu precedentes para novas submissões nesta área até então pouco explorada.

Em 2018, o arquiteto e curador de arte, Murilo Trevisol, idealizou o projeto *OpenStreet Gallery*, que tinha como objetivo a criação de uma galeria de arte a céu aberto no Bairro da Barra, o projeto cresceu rapidamente e em parceria com a FCBC chegou a rua 1100, conhecida como Beco do Brooklyn. O local que antes era frequentado por pessoas em situação de rua e dependentes químicos passou por um processo de revitalização em 2021 por meio do grafite, contando com mais de 30 artistas e concebido em tempo recorde de 88 dias corridos, a área foi ressignificada, começando um novo ciclo de apropriação do local, envolvendo cultura, comércio e lazer.

Segundo Campos e Siqueira (2018, V. 1, p. 72) nos últimos anos a tolerância a estas manifestações de índole popular e informal aumentou, resultando em paralelo, em uma crescente legitimação e institucionalização desta prática que adquiriu um papel fundamental na decoração e valorização dos espaços públicos.

Na década de 1990 a homologação da Lei municipal Nº 1677/1997 conhecida como lei das fachadas consagrou a combinação entre arte urbana¹ e iniciativa privada no ramo da construção civil na cidade. A lei inicialmente não apresentava regras claras de regulamentação, levando a diversas interpretações artísticas, que tornaram as novas edificações que vinham a ser construídas um campo livre para o desenvolvimento das artes plásticas. Em dezembro de 2005, um acréscimo estabeleceu normas mais precisas, conforme o art. 65 “Fica obrigatória a colocação de 01 (uma) obra de arte na frente, fachada ou jardim das edificações iguais ou superiores a 06 (seis) pavimentos”, também ocorrendo a definição do termo “obra de arte” e as formas possíveis de desenvolvimento de uma obra enquanto representação plástica:

¹Arte encontrada nos espaços urbanos, essas ações artísticas ocorrem em ambientes públicos e interagem diretamente com os indivíduos. Os cidadãos acabam se deparando com a arte sem precisar ir até centros culturais. Na prática, a arte urbana representa o encontro da vida com a arte, pois essa união se dá naturalmente enquanto o ser humano vive e se desloca pela cidade. (ADAIR, Laura. “Arte urbana”, Toda matéria, 2021)

“§ 2º Representação plástica pode se desenvolver de forma bidimensional ou tridimensional, perpassando elementos da linguagem visual e gráfica (pensamento analógico, concreto, senso de proporção, espaço, volume, planos, textura, linha, cor, estrutura e composição), e do conhecimento sensível (emoção, percepção, imaginação, intuição e criação).”

A lei se mostrou positiva a todos os campos envolvidos, na construção civil através das concepções estéticas agregou valor aos novos empreendimentos, a paisagem urbana da cidade foi valorizada e como reflexo se tornou mais turisticamente atrativa, já o mercado de arte foi e continua sendo constantemente fortalecido, e o mais importante, permitiu o acesso democrático e incondicional à apreciação de artes plásticas por parte da sociedade civil.

Através destes empreendimentos imobiliários é possível observar a constante evolução estilística no que diz respeito ao ramo da construção civil e ideais arquitetônicos, assim como as fachadas refletem a constante mudança no campo das produções de artes plásticas.

O edifício residencial Muralha, construído entre a Av. Brasil e a Av. Atlântica, faz uma releitura em sua fachada da obra *La guernicado* pintor Pablo Picasso, enquanto o Hotel marambaia, marco histórico do desenvolvimento turístico da cidade, possui uma escultura feita de sucatas, instalada na calçada do hotel que se volta para o Oceano Atlântico, representando o observador de uma embarcação de pesca que não vai ao mar, mas pelo conhecimento que tem, consegue avistar os cardumes a longa distância, também conhecido como olheiro ou marinheiro namorador.

Com uma área total de 46,8 km², Balneário Camboriú se caracteriza como umametrópole dada a sua qualidade estrutural em diferentes esferas, em especial na infraestrutura urbana. A dinâmica no crescimento turístico da cidade influenciou em rápidas e grandestransformações no espaço urbano do município, pautadas por condicionantes físicos² e históricos que orientaram a construção de seu traçado atual (Skalee, Reis, 2008). Por sua vez, durante este processo de urbanização, esculturas, bustos, painéis, murais e outras diversas manifestações plásticas, produzidas em caráter público, privado ou misto, foram instaladas por todo o território municipal. As

²Conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da Terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

obras são concebidas sobre diferentes aspectos e teores históricos, como: homenagem, comemoração ou no simples pulsar da arte como adorno estético, carregando a autoria de diversos artistas, entre eles artistas de renome nacional.

Muitas produções acabam passando despercebidas pelo olhar apressado dos moradores locais, mas compõem um cenário de intervenções culturais múltiplas, fazendo da cidade uma exposição de arte a céu aberto.

É fundamental pensar ações de preservação e pesquisa sobre tais manifestações, a fim de explorar o forte potencial educacional e turístico retido nas mesmas. Em Berlim, na Alemanha, o *Museum for Urban Contemporary Art* fundado pela Fundação Berliner Lebenmescla o ideal de museu tradicional com museologia de território. A instituição conta com um espaço físico onde oferece aos visitantes uma experiência híbrida através de exposições mutantes de arte contemporânea, e realizando visitas mediadas pelo meio urbano, que promovem interação do grande público com a arte do grafite de forma didática. Além do foco no grande público, o museu se dedica aos artistas, oferecendo bolsas de estudos, ateliês de criação e redes de conexão aos profissionais na área.

Na pequena cidade de Fanzara, localizada na Espanha, o *Museu inacabado de arte urbana* nasce de um projeto que teve como intuito fomentar a convivência entre os poucos habitantes do município, que segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, no ano de 2018, eram apenas 276 moradores, "El proyecto se convirtió rápidamente en una experiencia colectiva de convivencia, colaboración e intercambio recíproco de aprendizaje entre artistas, vecinos, voluntarios y organizadores, todo a través del arte urbano" (MIAU32, 2021).

Nos dois casos citados acima, as instituições museais se mostram como instrumentos de coesão social, promovendo interação entre o grande público, arte de rua e artistas. Através da promoção de eventos, ações culturais e educativas que movimentam a economia local e fortalecem os laços afetivos entre cidadãos, turistas e o território abarcado.

Devido à falta de reconhecimento da população local de Balneário Camboriú e dos órgãos competentes, o vasto acervo de obras localizadas por toda a cidade se encontra em um constante processo de degradação devido a ações do tempo, agravadas por atos de vandalismo.

Em 1931, a Carta de Atenas aponta o importante papel que a educação exerce nos processos de conservação do patrimônio, tendo como, respeito,

interesse e participação da sociedade civil a melhor forma de conservação. Sendo, além disso:

Um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.(HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO. 1999, p. 4)

A educação voltada para o patrimônio é um processo permanente e sistemático, que parte da experiência e do contato direto do indivíduo com manifestações culturais tangíveis ou intangíveis , levando a valorização, conhecimento e apropriação de sua herança cultural.

Esse método educacional possibilita um diálogo de compreensão social, fazendo com que o patrimônio tenha um papel comunicacional ativo na sociedade, “a comunicação só é efetiva quando ela é incorporada e se torna fonte de outro discurso” (BACCEGA, 1998,p.104), ou seja, o método de educação para o patrimônio deve também ser horizontal, possibilitando a comunicação e interação da comunidade com a evidência material ou manifestação de cultura.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre os indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO. 1999, p. 4)

Museus são fortes instituições de fomento cultural, educacional e artístico, que por meio de suas coleções preservam, pesquisam e apresentam testemunhos materiais e imateriais do homem em seu meio, sendo responsáveis pela manutenção da memória social atrelada a tais testemunhos, e atuando como instrumentos de legitimação de discursos históricos. De acordo com o artigo 1º, da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus, consideram-se museus:

“Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa,

educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.”

Devem funcionar sempre a serviço da sociedade civil que os cerca, visando ser uma ferramenta de valorização e coesão entre espaços, manifestações artísticas, memórias e identidades.

A criação do museu moderno como conhecemos hoje, ocorreu na Europa entre os séc. XVII e XII partindo de uma prática colecionista, muito comum na época das grandes navegações. Os *Gabinetes de Curiosidades* ou *Câmaras de Maravilhas* surgem durante o período do Renascimento, como grandes coleções provenientes de explorações feitas em terras estrangeiras. Constituídos pelas mais variadas peças, diferentes objetos eram reunidos sob uma lógica cumulativa e consideradas dentro de três reinos: animalia, vegetalia e mineralia; além de objetos frutos do trabalho humano. Os gabinetes eram particulares e usados como forma de reafirmar um status dentro dos ciclos sociais da época, quantos mais itens, mais viagens e conseqüentemente mais prestígio social. A necessidade de se organizar cientificamente essas coleções, junto aos aumentos da democratização da sociedade provocados pela revolução francesa, deram origem ao conceito acervo enquanto coleção, como instituição pública, o chamado *Museu*.

A chamada cultura da curiosidade vai sendo substituída por ações mais especializadas, que valorizam a busca pelo conhecimento através do estudo das coleções e objetos museais. Começam a surgir as divisões de acervo, classificação das obras e como consequência temos a origem dos museus especializados, os clássicos museus de arte, ciência naturais, antropologia, até os mais atuais dedicados a coisas específicas, como automóveis, personalidades ou comunidades, no caso da museologia social.

Durante as décadas de 1960 e 1970 se processou o alargamento da noção de determinados termos no campo da museologia, o conceito clássico de museu, operante sobre a relação edifício, coleção e público, foi confrontado com novos conceitos e novas abordagens, que ampliaram e problematizam o que era antes estigmatizado socialmente, abrindo portas para o surgimento do movimento por uma nova museologia, que instiga a dessacralização dos museus, focando na relação museu, sociedade, acervo, memória e identidade cultural, através de novas experiências e considerando o que antes era excluído, este movimento criou uma

museologia da libertação, que abre espaço para a criação, a consciência crítica e a participação ativa da comunidade (SOTTO, 2014, p. 67/73).

Nas *Atas do colóquio Cidade & Alma*, o antropólogo Edgard de Assis Carvalho discorre sobre o trabalho de James Hillman³. Carvalho apontou como na era dahipermodernidade a relação indivíduo e cidade é desconectada, "andar tornou-se coisa do passado. As ruas deixaram de ser passagens nas quais os sentidos são postos à prova e novas paisagens e cenários são descobertos"(2017, p. 192). A pandemia do Coronavírus (covid-19) que se espalhou pelo mundo no ano de 2020, causou um reflexo instantâneo no modo de vida de toda a sociedade global, afetando o consumo cultural, seus autores e consumidores. Um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), aponta que 11% dos trabalhadores ativos no Brasil exerceram suas atividades profissionais de forma remota em 2020, ou seja, quase 90% dos trabalhadores brasileiros se deslocavam ao trabalho durante o período de pandemia, enquanto os museus e espaços culturais passaram a reabrir somente no mês de outubro. A cultura foi confinada ao ambiente online, "como o senso comum já apontava, a necessidade da cultura parece ter aumentado na medida em que quase cinquenta por cento dos entrevistados indicaram ter querido aumentar o consumo de produtos culturais por causa do isolamento social"(CASTRO, CARVALHO. 2020, p. 247).

O ato de se deslocar pela cidade indo ao trabalho, buscando os filhos nas escola, ou em uma rápida ida a padaria, poderia ter sido a solução para este período sombrio de pandemia, mas olhar dos indivíduos não estava atento aos deleites que a cidade poderia oferecer, ora ocupados demais com o trânsito, ora distraídos demais pensando nas questões do cotidiano, assim como, os agentes governamentais se esqueceram que em meio ao caos ainda existia vida, para o poeta maranhense Ferreira Gullar "a arte existe porque a vida não basta".

Promover a união entre arte e cidade através de uma museologia de território e tecnologia, talvez venha a ser a chave para ocupação do município de Balneário Camboriú em sua totalidade e esplendor, abarcando públicos que vão de turistas a trabalhadores. No Rio de Janeiro o *Museu de Favela* localizado sobre as encostas do Maciço do Cantagalo, mais comumente conhecido como Pavão-Pavãozinho e

³James Hillman Psicólogo e analista junguiano, criador da "psicologia arquetípica" pós-junguiana, lecionou na Yale University, Syracuse University, University of Chicago e University of Dallas

Cantagalo, entre os bairros Ipanema, Copacabana e Lagoa, é uma organização não governamental privada de caráter comunitário, que tem como acervo cerca de 20 mil moradores e seus modos de vida, narrativas de parte importante e desconhecida da própria história da cidade do Rio de Janeiro. Através de visitas guiadas pela comunidade o museu ressalta a memória e o patrimônio cultural da favela, mudando a visão de marginalidade construída sobre a mesma.

Inaugurada em 2016, a passarela panorâmica é o principal meio de conexão entre a Barra Sul e o histórico bairro da Barra, teve suas laterais pintadas pelo artista Tom Veiga no ano de 2020, ao todo foram finalizados quatro painéis artísticos que abordavam iconografias que retratavam a atividade pesqueira, história e paisagem local. Concentrando funcionalidade, turismo, arte, arquitetura e representatividade, a passarela é um símbolo de como a cidade e suas formas urbanas possuem um potencial de representatividade em diversas instâncias. Em um mundo globalizado que caminha cada vez mais para uniformização das culturas, fomentar a identidade local e seus recursos se faz altamente necessário. No caso do município, a conexão entre museologia de território e arte localizada em espaços públicos se mostra como a alternativa mais eficaz de preservação e distinção em meio ao constante processo de hibridização das identidades culturais.

Diante da diversidade do acervo apresentado, os aspectos museológicos e vislumbrando ser propulsor de tal tipologia no estado, o presente projeto tem como intuito a criação do Museu Municipal de Arte Urbana da cidade de Balneário Camboriú.

3) Objetivos:

Geral: Criação do primeiro Museu municipal de Balneário Camboriú.

Específicos:

1. valorização da arte urbana;
2. fomento cultural e turístico;
3. despertar o sentimento de pertencimento e coesão social entre os moradores locais através da arte e suas iconografias;
4. preservação das obras de arte localizadas em espaços públicos no meio urbano;

5. ocupação dos espaços urbanos.

4) Meta:

Valorização das obras de arte localizadas em vias públicas ou integrantes das mesmas.

5) Dados específicos:

- Caráter administrativo: público
- Tipologia de museu: museu de território
- Tipologia de acervo: arte localizada e/ou integrada ao espaço urbano, como: grafite, esculturas, instalações, painéis, murais.

6.1) Cronograma de implementação:

Todas as ações previstas possuem desdobramentos internos e externos que serão apresentados em um plano de trabalho.

1. Estruturação de ordens práticas e equipe
2. Criação legal do museu
3. Levantamento das obras de arte presentes em edificações ou integrantes dos espaços urbanos passíveis de musealização
4. Criação de uma política de aquisição e descarte de acervo
5. Documentação das obras
6. Formação dos amigos do museu, grupo composto por artistas com obras presentes no acervo e entusiastas
7. Desenvolvimento do plano museológico
8. Desenvolvimento do projeto referente as instalações físicas do museu
9. Instalação física do museu e seus setores.

6.2) Ações culturais e educativas realizadas em paralelo ao cronograma de implementação formal do museu:

- Oficinas de grafite, lambe, escultura
- Cine rua / Street Cine (achar uma parede para grafitar uma TV)
- Hortas verticais
- Festival de arte urbana
- Realização do documentário sobre arte urbana em Balneário Camboriú
- QR nas obras linkando com informações sobre a obra e o artista
- Esculturas como "pokémons" a serem caçadas
- Criação de percursos temáticos áudio guiados através de podcast. Ex: Egito, artes plásticas, grafite no brasil, arquitetura da cidade.

Todas as ações propostas acima ainda não possuem um projeto estruturado, sendo apenas especulações com base em outros projetos já existentes.

7) Monitoramento e avaliação das ações:

1. Cronograma detalhado de realização de cada atividade
2. Relatório final de atividades
3. Comunicação horizontal sobre o desenvolvimento de cada atividade partindo de reuniões quinzenais.

12

8) Recursos financeiros:

Detalhamento financeiro será feito conforme cada etapa proposta para a implementação do museu.

9) Bibliografia:

CAMPOS, Ricardo & SEQUEIRA, Ágata . **O mundo da arte urbana emergente**: contextos e atores. Todas as artes, Revista Luso-brasileira de Artes e Culturas, 1(2), pp. 70-93, 2018. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf> > . Acesso em: 27 de ago. de 2021.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JÚNIOR, José do (organizadores). Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura /Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 40p., 2009. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2019/06/manual-subsidio-para-criacao-de-museu.pdf>. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

LARA, Arthur Hunold. **Grafite**: arte urbana em movimento. São Paulo: Programa de Pós Graduação em artes visuais/Universidade de São Paulo, Dissertação de mestrado, 1996.

LAZZARIN, Luís Fernando. **Grafite e o Ensino da Arte**. *Educação & Realidade*, vol. 32, núm. 1, pp. 59-73. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3172/317227045005.pdf> . Acesso em: 27 de ago. de 2021.

LOPES, Joana Gonçalves Vieira. **Grafite e Pichação**: os dois lados que atuam no meio urbano. Brasília, DF: Faculdade de Comunicação Social/ Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/3824/1/2011_JoanaGoncalvesVieiraLopes.pdf . Acesso em: 21 de ago de 2021.

MARZADRO, Flávio. **Espaço público, arte urbana e inclusão social**. Salvador, Bahia: *Revista NAU Social* - v.3, n.5, p. 169-183 Mai / Out 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31243> >. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

PORTELINHA, Miguel de Almeida. **Arte urbana**: estratégias, contextos e técnicas. Lisboa, Portugal: Programa de Pós Graduação em Design e Cultura Visual/ Universidade Europeia, 2013. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/10499/1/Arte%20Urbana.pdf>>. Acesso em: 27 de ago. de 2021.

SKALEE, Milena y REIS, Almir Francisco. **Crescimento urbano-turístico**: traçado e permanências urbanas em Balneário Camboriú. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, núm. 270 (88). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-88.htm>> . Acesso em:27 de ago de 2021.

Guia Básico de Educação Patrimonial/ Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grumberg, Adriane Queiroz Monteiro - Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999

Baccega, **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. Maria Aparecida São Paulo, Moderna. 1998

Atas do Colóquio Cidades &[e] Alma : perspectivas / organização de Acací de Alcântara et al... - São Paulo : FAUUSP, 2018.

Castro, F. L. de, & Carvalho, M. L. (2021). **Consumo de cultura na pandemia** - um retrato de março a agosto de 2020. *Políticas Culturais Em Revista*, 14(1), 239–265. <https://doi.org/10.9771/pcr.v14i1.42567> . Acessado em 08 de outubro de 2021.

10) Sitografia:

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é Espaço Urbano?"** Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-espaco-urbano.htm> . Acesso em 06 de outubro de 2021.

INFOS. **Museu Inacabado de Arte Urbana - MIAU**, Fanzara, Espanha. Disponível em: <https://miau32.wixsite.com/miaufanzara-2016/about> . Acesso em 27 de agosto de 2021.

O MUSEU. **Urban Nation, Berlin, Alemanha**. Sobre nós. Disponível em: https://urban--nation-com.translate.goog/about-us/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt BR&_x_tr_pto=ajax,sc,elem . Acesso em 27 de agosto de 2021.

SILVEIRA, Daniel. **"Home office atinge 11% dos trabalhadores no Brasil diante da pandemia em 2020, aponta Ipea"** G1, Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/07/15/home-office-atinge-11percent-dos-trabalhadores-no-brasil-diante-da-pandemia-aponta-ipea.ghtml>. Acesso em 08 de outubro de 2021.